

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

DANIEL MARTINS ANDRICIOLI

**O PURGATÓRIO NO IMAGINÁRIO DO OCIDENTE MODERNO, A PARTIR DA
PERSPECTIVA DE IOSEPH RATZINGER**

CAMPINAS

2022

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE TEOLOGIA
DANIEL MARTINS ANDRICIOLI**

**O PURGATÓRIO NO IMAGINÁRIO DO OCIDENTE MODERNO, A PARTIR DA
PERSPECTIVA DE IOSEPH RATZINGER**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Teologia do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Pe. Alexandre Boratti Favretto

CAMPINAS

2022

Ficha catalográfica elaborada por Adriane Elane Borges de Carvalho CRB 8/9313
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

236
A573p

Andricioli, Daniel Martins

O purgatório no imaginário do ocidente moderno, a partir da perspectiva de Joseph Ratzinger / Daniel Martins Andricioli. - Campinas: PUC-Campinas, 2022.

62 f.

Orientador: Alexandre Boratti Favretto.

TCC (Bacharelado em Teologia) - Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Teologia, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Escatologia. 2. Purgatório. 3. Indulgência. I. Favretto, Alexandre Boratti. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Faculdade de Teologia. III. Título.

CDD - 22. ed. 236

Dedico esse trabalho àquela que, com sua bondade imensa, nunca deixa de me assistir e valer, Sr.^a D.^a Lucília Ribeiro dos Santos Corrêa de Oliveira e aos seus braços maternais em minha vida terrena:
Mons. João S. Clá Dias, EP; Pe. Carlos Alberto Giacone;
D.^a Rosária e Sr. Dionísio.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão a Nosso Senhor, o Deus eterno e onipotente, que, em sua Divina Vontade, nos quis criar e dar-nos sua Igreja. Na Igreja triunfante, gratidão sem par à Beatíssima Mãe de Deus e a todos os que já veem a Nosso Senhor face a face, especialmente a Santo Antônio de Pádua, Sr. Dr. Plínio Corrêa de Oliveira, Sr.^a D.^a Lucília Ribeiro dos Santos Corrêa de Oliveira e Irmã Lívia Uchida, EP.

Na Igreja militante, gratidão infinita e indizível à Diocese de São Carlos, onde tornei-me filho de Deus e vivo misteriosamente, apesar de mim, a *communio*. Símile gratidão aos que quis Nosso Senhor dar-me como modelos: meus avós, minha família, meus parentes e meus formadores – especial gratidão pela vida dos padres Carlos, Toninho, Cassiano e Francisco, EP, amigos inimitáveis.

Nessa Igreja que peregrina, prece pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, para que faça crescer cada vez mais, alumiada à luz do saber, o Reinado de Cristo. Gratidão a todo o corpo docente, que me fez contemplar um pouco mais puramente o mistério dessa complexidade mística, toda e somente Santa, da Igreja de Cristo. Gratidão mais especial às pessoas do Dr. Mons. Rafael Capelato e do brilhante orientador desse trabalho, Dr. Pe. Alexandre Favretto, que mostram como a ciência, dom de Deus, podem nos levar além do que temos por pressupostos e à mais perfeita vida cristã.

Por fim, à Igreja padecente, dedico especial gratidão e devoção. Convosco esperamos, almas benditas – seres humanos integrais, gozar da visão beatífica e da perene alegria do convívio celestial, na atmosfera mais perfeitíssima criada pela presença do próprio Deus e pela participação daquela que é a Corredentora nossa.

*Dei-te a vida para me procurar;
Dei-te a morte para me encontrar;
Dei-te a Eternidade para me saborear!*

Vassula Rýden

RESUMO

A realidade sobre as coisas últimas e dos mistérios da Escatologia, que dizem respeito à ventura final de cada pessoa humana, mostram-se motivo de inquietação no que tange as investigações teológicas de todos os tempos. Essa realidade baseia-se, sobremaneira, no mistério pascal de Cristo, que ocupa lugar central na fé cristã e encabeça a hierarquia de verdades. Embora tenha já Jesus, desde a Revelação à comunidade apostólica, afirmado a realidade da visão beatífica ou do estado de auto-exclusão eterno, há ainda algo de muito conflituoso, sobretudo no diálogo ecumênico, no que tange o dogma do Purgatório. Essa realidade, afirmada pela Igreja, não se enquadra entre os novíssimos, já que é um estado de consciência que tende a ser extinto. Conquanto, carrega em seu bojo debates taxativos e incólumes. Isso se deve a uma interpretação que coaduna o mistério do estado intermediário entre a morte e a visão beatífica a uma espécie de câmara de torturas e castigos, donde se esquiva, ou, onde sequer aparece a Misericórdia de Deus. Nesse contexto, há um paralelo panorama entre aquilo que é, de fato, a doutrina da Igreja sobre o estado de purificação e aquilo que corresponde ao imaginário popular e que colabora ou deteriora as explicitações acerca desse. Assim, no diálogo ordenado de forma metodológica, pode-se compreender o que permanece sobre o imaginário do Purgatório e a sua Doutrina, no desenrolar da história para uma aplicação pastoral, de sentido antropológico e teológico, da oração pelas almas. Estas, completamente partícipes da comunhão dos santos, recebem como sufrágios as indulgências que se lhe ofertam pela oração dos vivos e pelos méritos dos santos. Desse modo, responde-se à indagação hodierna do que, de fato, tenha permanecido sobre tal Doutrina e o que, ao invés, traveste-se de fantasia e causa impiedade e olhar soslaio aos que se apresenta.

Palavras-chaves: Ioseph Ratzinger. Escatologia. Purgatório. Penas temporais. Imortalidade da alma. Indulgências.

ABSTRACT

The reality about the last things and the mysteries of Eschatology, which concern the final happiness of each human person, are a reason for concern regarding theological investigations of all times. This reality is largely based on the paschal mystery of Christ, which occupies a central place in the Christian faith and heads the hierarchy of truths. Although Jesus has already, since Revelation to the apostolic community, affirmed the reality of the beatific vision or the state of eternal self-exclusion, there is still something very conflicting, especially in ecumenical dialogue, regarding the dogma of Purgatory. This reality, affirmed by the Church, does not fit among the newest, since it is a state of consciousness that tends to be extinct. However, it carries in its bulge emphatic and unscathed debates. This is due to an interpretation that combines the mystery of the intermediate state between death and the beatific vision with a kind of chamber of tortures and punishments, from which it eludes, or, where the Mercy of God does not even appear. In this context, there is a parallel panorama between what is, in fact, the Church's doctrine on the state of purification and what corresponds to the popular imagination and that collaborates or deteriorates the explanations about it. Thus, in the methodologically ordered dialogue, one can understand what remains on the imaginary of Purgatory and its Doctrine, in the course of history for a pastoral application, in an anthropological and theological sense, of prayer for souls. These, fully participating in the communion of saints, receive as suffrages the indulgences offered to them through the prayers of the living and through the merits of the saints. In this way, it responds to today's question of what, in fact, has remained about this Doctrine and what, instead, disguises itself as fantasy and causes impiety and a sideways glance at those who present it.

Keywords: Ioseph Ratzinger. Eschatology. Purgatory. Temporal penalties. Soul immortality. indulgences.

LISTA DE SIGLAS

ARC: *Ad resurgendum cum Christo*

CCE: Catecismo da Igreja Católica

CIC: Código de Direito Canônico

CTI: Comissão Teológica Internacional

DH: Denzinger

DV: *Dei Verbum*

ID : *Indulgentiarum Doctrina*

IM: *Incarnationis mysterium*

LG: *Lumen Gentium*

S. Th.: Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino

SS: *Spe Salvi*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. O DESENVOLVIMENTO DO IMAGINÁRIO E DA DOCTRINA DO PURGATÓRIO.....	16
1.1 Apontamentos do Purgatório na Sagrada Escritura.....	16
1.2 Apontamentos do Purgatório no Magistério da Igreja.....	22
1.3 Imaginário do Purgatório na mentalidade medieval, alinhado à Tradição.....	25
2. NA ESTEIRA DO TEMPO: O PURGATÓRIO NO IMAGINÁRIO MODERNO, NA OBRA DE RATZINGER.....	31
2.1 Aspectos da imortalidade da alma.....	31
2.2 Questões modernas à Escatologia.....	36
2.3 O Purgatório na obra de Ratzinger: apontamentos e finalidades.....	40
3. O PURGATÓRIO, VISTO EM RATZINGER, NA AÇÃO PASTORAL HODIERNA.....	44
3.1 Apontamentos sobre sufrágio das almas: significado antropológico teológico-pastoral de rezar pelas almas.....	44
3.1.1 A doutrina das indulgências.....	47
3.2 A ação pastoral relacionada ao Purgatório: purificar o imaginário e incentivar a oração.....	51
CONCLUSÃO.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa intenta, por meio de pesquisa bibliográfica e correlação de conceitos teológicos, compreender o imaginário do Purgatório no ocidente moderno, a partir da leitura de Ioseph Ratzinger. Para isso, apresentará brevemente o desenvolvimento da doutrina e do imaginário do purgatório. Em seguida, refletirá sobre a interpretação moderna da doutrina do purgatório e de seu imaginário a partir de Ratzinger, a fim de atingir, assim, o desenvolvimento teológico-pastoral. Especial destaque terão, no presente, os conceitos relacionados à escatologia.

Para que a temática possa fazer sentido, é necessário compreender que a fé na Ressurreição de Jesus Cristo é que assevera sentido a toda vida cristã. É a Ressurreição um “[...] acontecimento surpreendente que constitui a chave de volta do cristianismo. Na Igreja tudo se compreende a partir deste grande mistério, que mudou o curso da história e que se torna atual em cada celebração eucarística” (BENTO XVI, 2008, s.p.). Os seguidores de Jesus tomam novo ânimo com esse evento real, não de reanimação de um cadáver, mas de entrada numa vida em Deus, totalmente glorificada e transformada, tornando-se esse evento o motivo de sua esperança.

Receber tal esperança é sinônimo de redenção, já que de conhecimento de Deus. “Chegar a conhecer Deus, o verdadeiro Deus: isto significa receber esperança” (SS, n. 3). É por esse motivo que os símbolos de fé do cristianismo sempre asseguram sua crença na ressurreição da carne. Sem essa crença, seria inevitável supor uma vida cristã esvaziada de sentido, já que se seguiria uma verdade que não muda em nada a subjetividade de cada um e que em nada infere na vivência. “De fato, se faltar na Igreja a fé na ressurreição, tudo para, tudo desmorona. Ao contrário, a adesão do coração e da mente a Cristo morto e ressuscitado muda a vida e ilumina toda a existência das pessoas e dos povos” (BENTO XVI, 2008, s.p.). Assim, crendo na Ressurreição daquele a quem segue, o cristão tem razões de esperar pela realidade plena na qual acredita, caso contrário, teriam “[...] aceito em vão a fé” (1Cor 15, 2b).

Desse modo, a realidade sobre as coisas últimas e os mistérios da escatologia, que dizem respeito à ventura final de cada pessoa humana, mostram-se motivo de inquietação no que tange as investigações teológicas. Embora tenha já Jesus, desde a Revelação à comunidade apostólica, afirmado a realidade da visão beatífica ou da eterna separação da bondade e do amor de Deus – como já era presente no imaginário judeu –, sendo sempre manifesta essa antiquíssima doutrina por meio do Magistério da Igreja, há ainda algo de muito

conflituoso, sobretudo no diálogo entre a Doutrina e o imaginário, no que tange o dogma do Purgatório. Essa realidade, afirmada pela Igreja, traz à voga debates taxativos e incólumes. Isso se deve, infere-se, a uma interpretação que coaduna o mistério do estado intermediário entre a morte e a visão beatífica a uma espécie de câmara de torturas e castigos, donde se esquiva, ou, onde sequer aparece a misericórdia de Deus: “Esse imaginário religioso popular é verdadeiro desafio à escatologia” (LIBÂNIO; BINGEMER, 1994, p. 40).

Assim, dando especial enfoque à problemática acerca da doutrina singularmente católica do Purgatório no contexto da salvação de cada pessoa, e considerando a amplitude desse tema, que pode ser abordado em vários aspectos, faz-se necessário balizar o objeto de estudo, como supradito, delimitando suas margens, a fim de que se possa visualizar concretamente a problemática, que incide diretamente na profissão de fé de cada cristão. Deste modo, sublinha-se que a presente pesquisa trará uma discussão sobre as transformações modernas que, de certa forma, ao seu desabrolhar, trouxeram consigo uma força de influência no tangente à compreensão deste dogma e da doutrina que lhe diz respeito.

Embora a Igreja se apoie nessa verdade definitiva desde os seus primórdios, sobretudo a partir das declarações do Concílio de Trento, que anatematizam os que o negam (DH 1820), ela é passível à explicitação da linguagem de cada tempo, a partir de seu imaginário. Assim, para o diálogo entre doutrina e imaginário na esteira do tempo para, na modernidade, oferecer respostas ao homem hodierno, elegeu-se como referencial teórico para esta pesquisa ao teólogo bávaro Joseph Ratzinger. Seus escritos sobre escatologia, a explicitação acerca do Purgatório, num enunciado do problema escatológico como pergunta pela própria essência do cristianismo, e na sua problemática com os dados históricos serão trazidos à elaboração e concatenamento das ideias, a partir do que se objetiva.

Deverá, desse modo, encontrar espaço no primeiro capítulo do presente uma exposição em linhas gerais, do panorama sobre o desenvolvimento da doutrina, a partir da Sagrada Escritura e do Magistério, e do imaginário do purgatório, fortemente marcado na mentalidade medieval. Esses temas abordados são pertinentes para o pensamento teológico de Ratzinger sobre o Purgatório porque indicam o núcleo válido da doutrina sobre o purgatório e seus fundamentos (RATZINGER, 2019, p. 226).

Assim, o tema do purgatório no imaginário moderno poderá oferecer uma contribuição nas discussões que evocam as verdades (realidades vinculantes) que conferem sentido à vida do cristão. Ele [o Purgatório] já é teologicamente importante porque ocupa ainda lugar relevante no imaginário religioso. Pode-se, ainda, inferir a sua importância a partir da constatação de que o Purgatório não é senão um estado de consciência (CCE, n. 1030-1032)

pelo qual, após sua vida em meio às alegrias e esperanças do mundo moderno, a pessoa humana se encontrará com aquele que não é outro senão o Bom (cf. Mc 10, 18), a bondade e a misericórdia. De quem as chamadas de amor consomem e purificam os que diante dele se apresentam, a fim de que possam apreender com plenitude sua transcendentalidade que, desde antes da experiência religiosa, fazem com que haja uma busca por essa realidade do algo a mais e dessa unidade totalizante que só lhe é conferida a partir da Palavra e do encontro com o Ressuscitado; esperando o sujeito humano a própria ressurreição e a completude daquilo que lhe é próprio de ser: espírito, alma e corpo (cf. 1Ts 5, 23).

Por tal, no segundo capítulo, abordar-se-á a tratativa do Purgatório no imaginário moderno a partir da obra de Ratzinger. Para tal, alinhado à reflexão do teólogo, trar-se-ão aspectos da imortalidade da alma que são caros ao autor e, para ele, são tidos como fundamentais na discussão escatológica, considerando a relação entre corpo e alma do homem que faz parte do mais peculiar na tratativa da salvação de cada um. Assim, algumas questões modernas à escatologia, alinhadas com o autor serão abordadas, a fim de oferecer ferramentas intelectuais ao leitor que, em seguida, encontrará a redação do Purgatório na obra de Ratzinger, com apontamentos e finalidades deste estado de purificação. Nesse processo, espera-se apresentar a paulatina desconstrução da imagem que causa espanto à passagem da imagem da misericórdia de Deus, que dá sentido à existência e justifica a experiência do estado da consciência que se purifica.

No terceiro capítulo, serão apontadas algumas perspectivas de ação pastoral relacionadas ao imaginário do Purgatório e à sua Doutrina. Para isso, far-se-á uma breve exposição sobre o significado de rezar pelas almas, na pertença à *communio sanctorum*¹, identificando o que é pertinente à Doutrina das indulgências e o sufrágio das almas. Essa tentativa será capaz de trazer ao estudo um significado antropológico e teológico-pastoral. Além disso, como supõe o tema do presente projeto, serão destacados alguns aspectos sobre a importância do Purgatório e da desmistificação, ou, purificação de alguns pontos negativos ainda tidos sobre esse imaginário, em vistas da dimensão comunitária, da intercessão dos mortos e da ressurreição final.

Valendo-se dessa estrutura metodológica, almeja-se alcançar concretamente os objetivos supracitados, isto é, por meio das informações provenientes da exploração na bibliografia, sobre as quais se construirá a redação baseando-se, sobretudo, na compreensão e interpretação dos textos, livros, documentos e obras indicadas pelo referencial

¹ Comunhão dos santos.

teórico do projeto de pesquisa. Assim, esquematizando a organização de dados bibliográficos para a produção do Trabalho de Conclusão do Curso, espera-se atingir uma compreensão acerca do Purgatório e da sua conotação moderna, expressa teologicamente, e relacionando-a a vivência pastoral das comunidades.

1. O DESENVOLVIMENTO DO IMAGINÁRIO E DA DOCTRINA DO PURGATÓRIO

Neste capítulo, buscar-se-á expor o panorama acerca do desenvolvimento do imaginário do purgatório e de sua doutrina, marcando claramente a distinção conceitual entre imaginário e doutrina. Deste modo, trar-se-ão apontamentos do Purgatório na Sagrada Escritura e, em seguida, no Magistério da Igreja. São essas duas grandes fontes que iluminam o que faz sentido na construção do imaginário popular e que cerceiam os limites sobre os quais aparecem aquilo que é poético, assustador, popular, mas não doutrinal. Essa construção do imaginário é interessante e será trazida em seguida, sobretudo como esteve fortemente marcado na mentalidade medieval, como local de terror e espanto, apresentando as imagens que estão nesse grande arcabouço cultural. Incorporar-se-á, ainda, as revelações privadas de místicos que, nessa etapa, aparecem ao autor como relevantes à construção e à distinção supradita de imaginário/Doutrina.

1.1 Apontamentos do Purgatório na Sagrada Escritura

Na perspectiva antropológica, a morte sempre se apresentou como um limiar aberto às possibilidades de investigação. Quer na discussão filosófica, desde a filosofia antiga à moderna, quer na teológica, quer, ainda, no desdobramento social, religioso e civil a morte sempre foi um ponto de encontro entre o que se conhece e a debilidade do que não se pode – ao menos empiricamente, considerando que creem os cristãos conhecer porque lhes fora revelado – conhecer. Esse mistério tem um desdobramento tão pertinente e, concomitantemente, tão aterrorizante que muitas filosofias irromperam num brado comum, no final do século XIX e início do século XX: “Deus está morto!” (RATZINGER, 2014, p. 141). Ora, se morre o homem, se ele se encontra com esse absoluto que não se pode conhecer, aquele outro, estabelecido em total desconhecimento e escondimento, num paradoxal axioma de *absconditus et revelatus* (PASTOR, 2012, p. 104-106), também esse pode, antes, deve ser dado como morto.

Conquanto, as perspectivas aqui caminham em diferentes ópticas. Se o pesadelo angustiante da morte de Deus em Jean Paul Richter é levado em extremo à afirmação do declínio da metafísica com Nietzsche, em contrapartida tem-no os cristãos como um mistério mais obscuro da fé. Desse modo:

O mistério mais obscuro da fé é ao mesmo tempo o sinal mais claro de uma esperança que não tem limites. [...] só por meio da derrota da Sexta-feira Santa, só por meio do silêncio mortal no Sábado Santo, os discípulos puderam ser levados à compreensão do que Jesus era realmente, e do que sua mensagem significava na realidade. (RATZINGER, 2014, p. 143)

A esperança é, desse modo, relacionada com o futuro. A incerteza, unida à fé, torna-se esperança de um futuro. Uma vida transformada, renovada e remediada. A mensagem de Jesus Cristo é, desse modo, mensagem de esperança transformadora porque, sendo Ele verdadeiro Deus e verdadeiro homem, irrompe a morte, fazendo-a vida por sua Vida. Disso decorre a possibilidade de afirmar que “[...] a marca do cristão é a esperança, e a do ateu, ao contrário, a falta de esperança. [...] a esperança não é apenas um artigo qualquer de fé, [...] mas precisamente a definição da existência cristã” (RATZINGER, 2019b, p. 29).

Outrossim, a esperança cristã, fundamentada sobremaneira na mensagem escatológica que perpassa toda a Boa-Nova anunciada por Jesus Cristo e continuada no bojo dos desdobramentos da investigação teológica ao longo dos séculos, é a reflexão na qual se firma a sólida base capaz de fazer do seguidor dessa notícia alguém capaz de esperança, que firma sua vida e existência numa caminhada segura, crente do que o espera (LIBÂNIO, 1989, p. 179-184) Não há, desse modo, margem para apontar o que se exporá nesse capítulo como simples dedução ou alienação. Antes, trata-se do mais basilar, no que é capaz de conferir sentido de vida, anseio pertinente, em uma palavra, uma realidade vinculante.

Em pé de igualdade, são recebidas a Escritura e a Tradição (DV, n. 9), constituindo, ambas, o grande depósito da Palavra de Deus, fonte principal da natureza e objeto da Revelação, pela qual fora preparada a Encarnação do Verbo Divino e que, pelos escritos neotestamentários, assegura a fé apostólica, que é acolhida pelo integrante da comunidade cristã. Por tal, a esperança a que se assevera não pode ter outro ponto de partida, quer indutivo, quer dedutivo, que não a Palavra de Deus (SS, n. 28-29).

Fato é que, alguns teólogos, máxime os sequazes da teologia protestante desencadeada na Revolução de Lutero, defendem que a Sagrada Escritura não afirme, ainda, não dê margens à afirmação da existência do Purgatório. Sobretudo pela ideia que se desencadeou da imortalidade da alma como produto da alienação da fé pela filosofia (RATZINGER, 2019a, p. 128). É a completa negação dessa verdade de fé. Na contramão, valendo-se da tentativa, não de um enunciado categórico, mas dos indícios exegéticos e hermenêuticos, há os que asseveram ideias gerais que apontam a esse dogma que, por sê-lo, é, antes de tudo, Palavra de Deus e Revelação salvífica. A visão beatífica, na condição dada por Jesus Cristo, é assegurada

conforme a pureza da alma (Cf. Mt 5, 8). Os puros verão a Deus e, em contrapartida, os marcados pelos pecados graves serão privados dessa visão.

No entanto, se Ele próprio exige santidade dos que dele se aproximam, considerando que, por maior que seja a entrega total e a conversão permanente de algumas pessoas, por mais longas e intensas que sejam suas penitências e por mais sinceros e santos que sejam seus pensamentos, é impossível que já aqui neste vale de lágrimas haja alguém convertido a ponto de dizer que em sua vida o pecado já não acha espaço (Cf. Jo 8,7; I Jo 1, 8ss). Assim, “[...] disse Jesus: podemos ter tomado banho (estar na graça), mas trazemos sempre em nós alguma poeira (pecados leves): ‘Quem se banhou, só necessita lavar os pés’(Cf. Jo 13,10)” (BOFF, 2012, p. 64).

Assim, nessa dinâmica, o coração, convertido e entregue a Deus, é o que mais requer, por ser cômico de sua necessidade, a conversão integral, apagando qualquer mancha de culpa para, estando diante do três vezes Santo, ser santo à sua semelhança (Cf. IPd 1, 16). “Todos serão salgados com fogo” (Mc 9, 49), isto é, todos necessitam de purificação para aquiescer com o projeto divino e, assim, configurados à sua estatura, contemplá-lo vis-à-vis. Tendo isso, é possível verificar que, embora o conceito de Purgatório não apareça assim explícito na Sagrada Escritura, a fé neste emana da mensagem central daquilo que desde sempre se compreendeu e que se tem, de forma muito clara, como Revelação Divina (BOFF, 2012, p. 65-66).

Na literatura veterotestamentária, olhando os escritos deuterocanônicos, tem-se Judas Macabeu mandando fazer a oração pelos mortos na guerra, acompanhada de sacrifícios, em vista da ressurreição:

Depois, tendo organizado uma coleta individual, que chegou perto de duas mil dracmas de prata, enviou-as a Jerusalém, a fim de que se oferecesse um sacrifício pelo pecado: agiu assim, pensando muito bem e nobremente sobre a ressurreição. De fato, se ele não tivesse esperança na ressurreição dos que tinham morrido na batalha, seria supérfluo e vão orar pelos mortos. Mas, considerando que um ótimo dom da graça de Deus está reservado para os que adormecem piedosamente na morte, era santo e piedoso o seu modo de pensar. *Eis por que (sic) mandou fazer o sacrifício expiatório pelos falecidos, a fim de que fossem absolvidos do seu pecado.* (2Mc 12, 43-46, grifo nosso)

Esse modo de proceder, louvado e relatado pelo autor sagrado, tem vistas à expressão da fé na ressurreição dos mortos. Conquanto, percebe-se nesse relato a ideia de efeito purificador que suas preces e sacrifícios poderiam aplicar aos mortos. Há a concepção discreta de uma situação intermediária entre a morte dos pecadores e o gozo do privilégio do descanso em paz. A partir dessa impressão, embora muito latente, nada assevera o autor sagrado em seu

texto (RATZINGER, 2019a, p. 217-219). Por tal descrição, vem à tona o problema da situação intermediária entre morte e ressurreição. Se para a literatura veterotestamentária pareceu oportuno oferecer paradigmas à oração pelos mortos e seu sufrágio, a interpretação da literatura neotestamentária trará problemas consigo (RATZINGER, 2019a, p. 220-221).

No bojo da discussão que se traz, está substancialmente a questão da imortalidade da alma, que será tratada no próximo capítulo. Mas, a imortalidade da alma, como supracitado, afirmada como alienação por Lutero fará com que a Teologia Protestante interprete, até mesmo de maneira ambígua, a morte e sua situação intermediária (GARRIGOU-LAGRANGE, 2018, p. 172-174). Conquanto, para considerar bem a análise da tradição bíblica acerca do Purgatório, deve-se ater àquilo que a teologia cristã recebeu, como depositária, da tradição judaica, e que desenvolveu à luz de Jesus Cristo. A ideia de *sheol* tem no judaísmo da época o sinônimo de lugar onde se levava uma existência como de sombras. Há também a ideia de *Gehenna*, como lugar de condenação. Exemplo disso é quando, em Esdras, tanto o sofrimento dos ímpios, como o prêmio dos justos, começa já na situação de *post mortem* (RATZINGER, 2019a, p. 130).

A fé neotestamentária, e seu universo cultural, dizem respeito à pertença ao mundo judaico. “Do ponto de vista metodológico, temos de pressupor aqui, de modo geral, que Jesus e a Igreja mais antiga compartilham da fé de Israel em sua forma atual, e o que unicamente fazem é dar-lhe um novo centro quanto à consciência que Jesus tem de sua missão” (RATZINGER, 2019a, p. 132). Estes elementos, que colocam a ciência teológica tendo como centro referencial Jesus Cristo e sua obra, transformam os centros da tradição, ou os interpretam a lume de uma nova hermenêutica.

Sendo o Purgatório um estado de alma, como se dirá adiante, pertencente à situação intermediária, Ratzinger (2019a) vê em Jesus Cristo, a partir do Evangelho, duas palavras sobre isso, ambas da literatura lucana. A primeira diz respeito à parábola do rico opulento e do pobre Lázaro (Lc 16, 19-29). Embora a centralidade da parábola seja o risco que trazem consigo as riquezas, o autor sagrado quis expressar, no apontamento escatológico que perpassa toda a Boa-Nova evangélica, o verdadeiro futuro do gênero humano, sua ventura final. Tal assertiva corrobora a herança do cristianismo de, como o judaísmo, ter crença no além (RATZINGER, 2019a, p. 132-135; SANTOS, 2015, p. 9-12). Além disso, ainda sobre esta parábola, na sua dinâmica de recepção do judaísmo e de reformulação de algumas de suas linguagens, afirma:

Esta ideia do judaísmo antigo da *condição intermédia* inclui a opinião de que as almas não se encontram simplesmente numa espécie de custódia provisória, mas já padecem um castigo, como demonstra a parábola do rico opulento, ou, ao contrário, gozam já de formas provisórias de bem-aventurança. E, por último, não *falta a noção de que, neste estado, sejam possíveis também purificações e curas, que tornam a alma madura para a comunhão com Deus*. A Igreja primitiva assumiu tais ideias, a partir das quais, se desenvolveu aos poucos na Igreja ocidental a doutrina do purgatório [...]. Com a morte, a opção de vida feita pelo homem torna-se definitiva; esta sua vida está diante do Juiz. A sua opção, que tomou forma ao longo de toda a vida, pode ter caracteres diversos. (SS, n. 47, grifo nosso)

Por sua vez, o curto diálogo entre o Crucificado e o bom ladrão (Lc 23, 43) também envereda por tais deduções. Para Ratzinger (2019a), o Paraíso como lugar onde o Messias aguarda sua hora, e ao qual retornará depois de sua vinda, é parte do imaginário religioso judaico. Conquanto, há uma virada, por assim dizer, do sentimento judaico ao cristão nesse momento. Para os judeus o Paraíso esperado seria reservado somente para os patriarcas, mártires e justos privilegiados. Enquanto isso, o Crucificado, o Condenado, o Insultado, o promete a outro condenado isto é, um perdido (RATZINGER, 2019a, p. 132-133).

Assim, o que outrora era atingido pelas próprias forças, agora é apresentado como força do Crucificado. Ele pode abrir o Paraíso, em *ipsissima vox*, afirmando ao bom ladrão que estaria, não sozinho, mas com Ele. “[...] o ‘comigo’ adquire uma importância transformadora [...]. O Paraíso abre-se em Jesus. É inseparável de sua Pessoa.” (RATZINGER, 2019a, p. 133). Aqui, a literatura neotestamentária parece embasar uma afirmação especificamente cristã no que tange à dita situação intermediária, abrindo espaço para a ideia do próprio Cristo ser *ipso facto* o Paraíso de Deus, a segurança das esperanças e da espera de cada homem (RATZINGER, 2019a, 135-137; SANTOS, 2015, p. 42-45).

Considerando a brilhante exposição de Ratzinger, pode-se entender que os apontamentos do Purgatório nas Sagradas Escrituras, necessariamente devem ter por base a fé no Crucificado-Ressuscitado. Essas ideias e essa fé viva passam por um processo de assimilação e de extração do judaísmo ao âmbito do pensamento cristológico (RATZINGER, 2019a, p. 136). Entretanto, a fé no Ressuscitado – e conseqüente afirmação do *Credo* na ressurreição da carne – não excluem nem afetam, antes, plenificam o imaginário da situação intermediária, cujas imagens herdadas do judaísmo permanecem até mesmo nos Padres da Igreja. Contudo, tais “[...] imagens se convertem em ideias mais ou menos cosmológicas em enunciados cristo-teológicos e, perdendo em peso, ganham em profundidade. Com isso, ficou claro que a Bíblia [...] oferece unicamente a Cristologia da Ressurreição, como antecipação da questão escatológica” (RATZINGER, 2019a, p. 138).

Conquanto, soa como oportuno trazer a passagem neotestamentária, das afamadas e importantes cartas paulinas. Ratzinger, tido como referencial para esta pesquisa, discorre muitas páginas sobre tais escritos [paulinos] e de seu desenvolvimento no pensamento escatológico ao qual: “[...] distinguem-se, normalmente, duas fases: na primeira, Paulo espera viver até que aconteçam a ressurreição e a *parusia* [...]. Numa fase posterior, Paulo deixa de lado essa esperança, [...] então, adquire uma importância maior a questão da situação intermediária” (RATZINGER, 2019a, p. 134). Embora a preocupação do autor seja demonstrar a relação de Paulo com a problemática da situação intermediária entre morte e ressurreição, pode-se encontrar em outras bibliografias (Cf. SANTOS, 2015, p. 50-51) um conteúdo rico acerca de um possível aceno de Paulo ao Purgatório, como aqui se propõe.

Segundo a graça que Deus me deu, eu, como sábio arquiteto, coloquei o alicerce, sobre o qual outro constrói. Mas cada qual veja bem como constrói. De fato, ninguém pode colocar outro alicerce diferente do que já está colocado: Jesus Cristo. Se então alguém constrói sobre esse alicerce com ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha, a obra de cada um se tornará manifesta: o Dia a manifestará, pois *no fogo é revelada*, e o *fogo provará a obra de cada um*. Se a obra que alguém construiu permanece, receberá a recompensa; se a obra de alguém for queimada, ele será punido, mas *ele mesmo será salvo*, como *que através do fogo* (1Cor 3, 10-15, grifo nosso).

Embora tal excerto, não aborde diretamente o tema do Purgatório, o seu conteúdo doutrinal adequa-se à abstração da teologia do Purgatório, como supracitado. Há, neste trecho, uma imagem de fogo purificador. Esta ideia, ligada à discussão soteriológica, favoreceu uma interpretação na linha do Purgatório. O apóstolo Paulo expõe, desta forma, a necessidade de um aumento sempre maior em virtude e santidade, para atingir o grau de Jesus Cristo (SANTOS, 2015, P. 48-50). Conquanto, no que tange ao supracitado texto bíblico, parece necessário ter as informações que seguem:

[...] João Crisóstomo († 407). Em suas homilias sobre 1Cr 3: 1-17, ele recusa a ideia de restauração universal, que nesse ínterim se associara à purificação pelo fogo. Com isso, Crisóstomo tornou-se o fundador da doutrina que até hoje tem validade nas Igrejas orientais [...]: entre a morte e a ressurreição, vale para todos a situação intermediária, o hades, que, de acordo com os distintos graus de justificação e santificação terrenas, abarca ‘diferentes graus de felicidade e de miséria’. [...] os vivos, por meio da Eucaristia, da oração e esmolas, podem obter ‘descanso e refrigério’ para as almas retidas no hades – mas a ‘aflição’ que pode ser remediada por essa ação não é entendida como um sofrimento purificador ou expiatório (RATZINGER, 2019a, p. 225).

Portanto, pode-se compreender que na Sagrada Escritura há acenos fortes de indício ao Purgatório, impressos na sua lógica escrita. Tais acenos, como supradito, são provenientes da tradição judaica e são recebidos e assimilados pela escatologia cristã. Assim, é possível

asseverar que a fontalização bíblica do Purgatório é existente e capaz de corroborar à construção de uma doutrina sólida, escrituristicamente inspirada.

1.2 Apontamentos do Purgatório no Magistério da Igreja

Tendo, desse modo, dado alguns apontamentos do Purgatório na Sagrada Escritura, e olhando ao final a literatura paulina, vale retomar o que fora supracitado: Sagrada Escritura e Magistério como duas realidades que formam a única realidade da Palavra de Deus. Assim, assegurando a convicção da fé, mister se faz tratar acerca de alguns pontos da ampla discussão desta doutrina tão católica do Purgatório, até a consolidação do seu corpo doutrinal eclesiástico.

A ressurreição da carne é um ponto central na profissão de fé cristã (RATZINGER, 2015, 257-259). Com isso, os assuntos concernentes à doutrina dos novíssimos, da escatologia e do Juízo como tal, são de indispensável importância para os debates eclesiásticos e para a formulação de seu arcabouço teológico. A ideia supradita de situação intermediária deve aqui ser tomada como pano de fundo para a clarificação e sistematização da doutrina católica sobre o Purgatório, como verdade que se lhe compreende como Revelada e, assim, indubitável.

Assim, a doutrina católica do Purgatório, embora presente no seu conteúdo primitivo, encontrou forma eclesiástica no medievo, voltando a ser formulada resumidamente como uma antítese aos movimentos reformadores, que se contrapunham a essa verdade (GARRIGOU-LAGRANGE, 2018, p. 187-189). Tal assertiva, pode-se inferir, demonstra o lugar histórico de tal doutrina, muito anterior a Lutero e seus sequazes, e a problemática ecumênica que se faria no entorno dessa realidade, até os dias atuais. Conquanto, nesse sentido, a doutrina do Purgatório no Magistério da Igreja esbarra nalgumas assertivas necessárias. A primeira diz respeito à definição e irreversibilidade da decisão tomada na vida encerrada no momento da morte do sujeito:

[...] como não sabemos o dia nem a hora, é preciso que, segundo a recomendação do Senhor, vigiemos continuamente, a fim de que no termo da nossa vida sobre a terra, que é só uma [*Hb 9,27*], mereçamos entrar com ele para o banquete de núpcias e ser contado entre os eleitos [*Mt 25,51-46*], e não sejamos lançados, como servos maus e preguiçosos [...] ao fogo eterno [...], nas trevas exteriores, onde “haverá o choro e o ranger de dentes” [...] cada um de nós será apresentado “perante o tribunal de Cristo, a fim de ser remunerado pelas obras que realizou enquanto vivia no corpo, boas ou más” [*2Cor 5,10*] [...]. (LG, n. 48 – DH 4165)

Conquanto, essa realidade não é a afirmação direta – como seria na teologia luterana ou calvinista – de que o destino definitivo da alma tenha sido alcançado nesse momento. “É possível que a decisão fundamental de um homem esteja recoberta por decisões secundárias e precise, por assim dizer, ser liberada. Essa ‘situação intermediária’ chama-se [...] ‘Purgatório.’” (RATZINGER, 2019a, p. 217). Para a doutrina da Igreja, desta forma, Purgatório corresponde à purificação do ser humano antes de receberem a visão beatífica, bem distante do castigo que sofrem os condenados.

Tal sorte é encontrada asseverada, por exemplo, até mesmo com clareza doutrinal, na carta *Sub catholicae professione* – que tratava sobre ritos e doutrinas que os gregos devem seguir – ao bispo Túsculo, de Inocêncio IV, no I Concílio de Lião, em 1254:

[...] as almas daqueles que receberam, mas não cumpriram a penitência, ou então os que morreram sem pecado mortal, mas com pecados veniais ou de pouca monta, são purificados depois da morte e podem ser ajudados com as orações do sufrágio da Igreja [...]. Nós, que segundo a tradição e autoridade dos santos Padres <o> denominamos “purgatório” [...]. Com aquele fogo transitório, de fato, certamente são purificados os pecados, não todavia os delituosos ou mortais que não foram perdoados antes mediante a penitência, mas os pequenos e de pouca monta que ainda pesarem depois da morte, mesmo tendo sido perdoados durante a vida. (DH 838)

Fato é que, a Igreja oriental não seguiu a produção teológica da Igreja latina, que asseverou precisamente, a partir dos dados da Revelação, ao que lhe era possível, o destino do homem na eternidade. A carta supracitada encontra-se, mais tarde como uma situação-limite. A Igreja oriental manteve-se atrelada à concepção de São João Crisóstomo. A doutrina do Purgatório, desse modo, nas tentativas de união de Lião (1274) e da *Bula de unificação dos gregos*, de Ferrara-Florença em 1439, apareceu como um ponto controverso (RATZINGER, 2019a, p. 221).

Tais pontos controversos apareceriam, de igual modo, na doutrina Protestante, em Trento. Seguindo a doutrina da justificação, os teóricos, sobretudo Lutero, “não podiam admitir qualquer espécie de expiação no além” (RATZINGER, 2019a, p. 218). Fato é que tal levante, ainda, protesto revolucionário contra a prática dominante de alguns abusos, de sutilezas desimportantes, de superstição e de alienação será acolhido como uma reforma conciliar (RATZINGER, 2019a, p. 219; BOFF, 2012, p. 64). “[...] rejeita-se a impugnação da doutrina obscurecida pelos abusos, assim como o modo de agir dos fiéis que seguem essa doutrina” (RATZINGER, 2019a, p. 219).

Afirmada a existência do Purgatório – que adquire uma imagem de lugar de purificação implicitamente pela língua latina, na expressão: *in purgatorio* – tem-se constante e

paulatina retomada e reafirmações subsequentes dessa verdade. Há uma espécie de releitura, ou uma interpretação nova de uma mesma verdade, levando a Igreja a formulações cada vez mais simples e precisas (RATZINGER, 2019a, p.226). Do Concílio de Lião:

[*De sorte defunctorum*] E se tiverem falecido em verdadeira penitência na caridade, antes de haver satisfeito com frutos dignos de penitência pelo que cometeram ou deixaram de fazer, as suas almas são purificadas depois da morte, com penas purificadoras, ou seja, catartérias [...]; e para aliviá-los de penas de tal gênero são-lhe úteis os sufrágios dos fiéis vivos [...] (DH 856).

Do Concílio de Florença, da Bula *Laetentur caeli*, de 1439, sobre a união com os gregos:

[*De sorte defunctorum.*] Igualmente, se os verdadeiros penitentes falecerem no amor de Deus, antes de ter satisfeito com frutos dignos de penitência o que cometeram ou deixaram de fazer, suas almas são purificadas depois da morte com as penas do purgatório; e para que recebam um alívio destas penas ajudam-nos os sufrágios dos fiéis viventes [...] (DH 1304).

Da Bula *Exsurge Domine*, de 1520, de Leão X, sobre os erros de Martinho Lutero, a última tentativa antes de sua excomunhão:

37. O purgatório não pode ser provado mediante a Sagrada Escritura contida no cânon.
 38. As almas do purgatório não estão seguras da própria salvação, ao menos nem todas; e não está provado por nenhum argumento racional, nem pela Escritura, que elas se encontram fora da condição de merecer a caridade ou de crescer nela.
 39. As almas do purgatório pecam de modo contínuo sempre que procuram repouso e têm horror das penas.
 [...] [*Censura:*] Todos e cada um dos artigos ou erros acima elencados, Nós os condenamos, afastamos e rejeitamos, respectivamente como heréticos, escandalosos, falsos, ofensivos para os ouvidos piedosos ou como enganando as mentes dos simples e contrários à fé católica (DH 1487-1489; 1492).

Do Concílio de Trento, de 1547, sobre a justificação:

Cân 30. Se alguém disser que a qualquer pecador penitente, depois que recebeu a graça da justificação, é perdoada a culpa e cancelado o débito da pena eterna, de modo tal que não lhe fique débito algum de pena temporal para descontar neste mundo ou no futuro, no purgatório, antes que lhe sejam abertas as portas do reino dos céus: seja anátema (DH 1580).

Do mesmo Concílio de Trento, como a fórmula mais sucinta, de 1563, no decreto sobre o purgatório:

Já que a Igreja católica, instruída pelo Espírito Santo, a partir das Sagradas Escrituras e da antiga tradição dos Padres, nos sagrados concílios e mais

recentemente neste Sínodo ecumênico, ensinou que o purgatório existe e que as almas aí retidas podem ser ajudadas pelo sufrágio [...], o Santo Sínodo prescreve aos bispos que se empenhem diligentemente para que a sã doutrina sobre o purgatório [...] seja acreditada, mantida, ensinada e pregada por toda parte (DH 1820).

Tal doutrina, assim crida, vai desenvolvendo-se em formas, sem alterar seu conteúdo principal, e é confirmada pelo Concílio Vaticano II (LG, n. 51). Dessa forma, progressiva e paulatinamente, vê-se um percurso de simplificação e amadurecimento por parte dos teólogos que, com seu trabalho, orientavam os líderes da Igreja na promulgação do Sagrado Magistério.

1.3 Imaginário do Purgatório na mentalidade medieval, alinhado à Tradição ²

O Magistério supracitado em suas fontes mais fidedignas de expressão doutrinal, isto é, as promulgações conciliares e pontificais, dizem respeito à realidade da Doutrina oficial da Igreja. Conquanto como pano de fundo do processo de evangelização e da forma de recepção das Verdades da Fé aparece o imaginário dos fiéis. É na abstração e na capacidade de transitar por esse mundo [do imaginário] que o fiel absorve os conteúdos dedutivos concernentes à Fé professada e assumem as suas verdades. Sem um imaginário aberto minimamente à fertilidade, não há terreno para que a Doutrina passe a ser, de simples fábula moral, a um sentido vinculante da vida, capaz de gerar uma mudança radical e suscitar igual e radical seguimento (NETO; FILHO, 2020, p. 114-117).

Se o imaginário religioso causa, *per si*, a contundente realidade da recepção e da divulgação de um conteúdo de fé, tem-se, nos últimos séculos da Idade Média o período áureo para o desenvolvimento de, concomitantemente, a teologia e o imaginário com relação ao Purgatório (SANTOS, 2015, p. 23). Este imaginário, assim constituído, contou com o gênio do escritor Dante Alighieri (1265-1321), que na Divina Comédia fez assegurar um cenário de compactação sintética de dados relativos, colhidos das construções de seu tempo (SANTOS, 2015).

Assim, a famosa obra de Dante, que dedica toda a segunda parte ao Purgatório, fez soar na sociedade de seu tempo, e ecoar até os tempos modernos, as imagens que alinham o Purgatório aos círculos de torturas que propõe. Isso fê-lo [o Purgatório] ocupar um lugar

² Por Tradição, compreende-se aqui um elemento imprescindível para a fé e a teologia católicas, que significa a transmissão pelos séculos daquilo que foi revelado em Cristo. Sobre esse assunto, pode-se ler: DANTAS, João Paulo de Mendonça. Em busca do significado teológico da "Sagrada Tradição". *Kairós*, v. 7, n. 2, 2010 e ainda BENTO XVI. *A comunhão no tempo: a Tradição*: Audiência Geral do dia 26 de abril de 2006.

relevante no imaginário religioso do povo simples, os camponeses medievais (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985). As discussões sobre a purificação das penas vinha endossando a discussão teológica desde os Padres da Igreja, remetendo, até mesmo, aos mártires do primeiro século (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985), como na visão que tivera Santa Perpétua, relatada num texto antigo:

[...] em que vê seu irmão Dinocrato, morto à idade de 7 anos. Vê-o “saindo de um lugar de trevas, onde se encontrava com muitos outros, ardendo e sedento, em andrajos e sujo, com a chaga no rosto, que tinha quando morrera... Ele estava num lugar onde se encontrava uma bacia cheia de água, com uma borda demasiado alta para o tamanho de uma criança. Nas pontas dos pés, não conseguia alcançá-la, como se quisesse beber da água”. A santa interpreta o sonho como aviso de que seu irmão estava numa prova e não duvidou de que com suas orações poderia aliviá-lo (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 237)

Em se tratando de uma visão relatada por uma importante mártir do cristianismo primitivo, por si só, já adquire grande peso fontal para a discussão a que se propõe. Conquanto, há o risco de, por ela, e pela discussão dos Padres da Igreja³, compreender o Purgatório como a antessala do Inferno, em horror e tormenta. Dante, no triunfo poético do Purgatório, síntese da realidade que o circundava (LE GOFF, 2017, p. 509-511), parece demonstrá-lo como um espaço da esperança e do desencadear do gozo eterno, da luz inextinguível. “O modo como Dante simboliza a diferença entre o Purgatório e o Inferno é colocando as almas do Purgatório em constante oração e cantando” (SANTOS, 2015, p. 23).

Assim, paralelos aos ensinamentos teológicos e magistérios, sóbrios e sólidos, vão se consolidando as estórias que fazem eco nesse imaginário popular. A imaginação religiosa, herdada ou adaptada pelos cristãos, vai dando ao Purgatório suas características, posteriormente sintetizadas nos cantos de Dante. “Imaginários antigos [...] falam de lugares de castigo, de prova, onde o fogo, as trevas, a tortura, a ponte da prova e da passagem, montanha, rio são elementos comuns” (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 237).

Chegados da alta escarpa ao topo erguido
Da eminência no dorso descoberto,
“Por onde ir”, disse então, “Mestre querido?”

“Eia!”, tornou, “não dê um passo incerto!
Vai subindo após mim pela montanha;
Guia acharemos no caminho esperto” (ALIGHIERI, 2020, p. 27).

³ Para essa discussão, recomendam-se como brilhantes tratados as obras: LIBÂNIO, João B.; BINGEMER, Maria Clara L. *Escatologia Cristão: o Novo Céu e a Nova Terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. p. 233-239; LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 85-147. Não se tratando aqui do desenvolvimento da Doutrina, mas do imaginário, pareceu oportuno manter essa discussão para outro trabalho mais especificamente voltado ao assunto.

Outrossim, a caminhada do Purgatório parece oscilar fantasiosamente entre o tormento eterno, o Inferno, com suas torturas e agruras e as alegrias, gozos e bem-aventuranças eternas, como uma antessala celeste (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 234-236). A partir dessa compreensão – numa passagem do esquema binário entre visão beatífica e estado de auto-exclusão, para um esquema ternário: “Supera as oposições radicais por meio de uma tríade mais complexa, com ampla repercussão e conseqüências para toda a vida social” (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 239) – o Purgatório é retratado por Dante, simbolizando o imaginário de seu tempo, como um processo de amadurecimento ascendente (SANTOS, 2015, p. 18-19).

Assim, o sujeito, posteriormente chamado de alma, tem esse processo de amadurecimento iniciado já na terra, na sua vida cristã. Esse [processo] prolonga-se no período *post mortem*, até atingir o grau de amadurecimento que permite a integração na pátria do amor trinitário (SANTOS, 2015). É a esperança cristã, supracitada, que aparece como capaz de fazer passar da morte para o além, sem criar laços negativos. Daí que, para Dante:

[...] que realiza, na evocação dos fins últimos, a síntese entre o mais novo (o purgatório) e o mais tradicional (o medo do inferno e o desejo do céu), não existe cristalização dos sentimentos em torno da morte Contenta-se em evocar de uma maneira significativa no segundo canto do purgatório onde, no barco do anjo condutor, as almas “cantam todas juntas em uníssono” o Sl 113 (*In exitu Israel de Aegypto*) que se cantava na Idade Média enquanto se transportavam os mortos [...] para o cemitério (LE GOFF, 2017, p. 514).

Aliado ao triunfo poético do gênio de Dante, há a asseveração mística – tão indispensável para o medievo – de tantas histórias ou revelações privadas sobre a purgação das almas. As visões [do Purgatório] se multiplicaram vertiginosamente:

Beda, o Venerável, não economizou tinta em fantasiá-las. Tais aparições exerceram também a função de afervorar os monges em seus mosteiros. Os conventos foram verdadeiros celeiros de visões terrificantes. O *Purgatório* de São Patrício tornou-se célebre [...] pela pena de algum monge cisterciense (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 238).

Para relatá-las aqui, destarte, tornar-se-ia exaustivo. Parece ser importante, desse modo, trazer uma mística conhecida até hoje pela sua produção literária originada de seus êxtases: Santa Catarina de Gênova (1447-1510). Importante para a presente consideração pela seguinte exposição que fará Bento XVI, apresentando-a como um expoente místico para a

teologia do Purgatório. Posterior a Dante, ela apresenta características originais – que fecundarão e modificarão o imaginário de seus contemporâneos – sobre o Purgatório:

O primeiro traço original diz respeito ao «lugar» da purificação das almas. No seu tempo, ele era representado principalmente com o recurso a imagens ligadas ao espaço: pensava-se num certo espaço, onde se encontraria o purgatório. Em Catarina, ao contrário, o purgatório não é apresentado como um elemento da paisagem das vísceras da terra: é um fogo não exterior, mas interior. Este é o purgatório, um fogo interior. A santa fala do caminho de purificação da alma, rumo à plena comunhão com Deus, a partir da própria experiência de profunda dor pelos pecados cometidos, em relação ao amor infinito de Deus (BENTO XVI, 2011, s.p.).

Assim, sua originalidade e sua compreensão, trouxeram ao cenário do imaginário religioso um fresco. Em sua obra, elabora um paralelismo entre as almas dos que padecem as penas expiatórias e a experiência das almas que vivem na sua condição terrena de peregrinos, já que também estas passam por purificações já na vida terreal (SANTOS, 2015). “Uma das tónicas mais originais, e quiçá inovadoras para o seu tempo, é a ideia de que as almas são felizes no Purgatório” (SANTOS, 2015, p. 24).

Tal felicidade emana do fato da ciência que tem as almas do Purgatório acerca de sua salvação e da brevidade de sua visão beatífica:

Não creio que seja possível encontrar uma alegria comparável ao de uma alma do purgatório, como não seja aquela que tem os santos no Paraíso. E este contentamento cresce cada dia pela influência de Deus nessas almas; isto é, aumentado mais e mais à medida que se vão consumindo os impedimentos que se opõem a essa ação (ADORNO, 2019, p. 21).

Para Santa Catarina, essa alegria emana do deslumbrar-se com o esplendor do rosto de Jesus Cristo, contemplado no juízo particular. Essa visão espanta todo o horror que lhe sobrevinha em sua nova prisão. “A figura fascinante do Salvador faz brilhar sobre ela uma luz calma, semelhante aos raios prateados da luz cheia. No seio daquele [...] purgatório, a alma, amparada pela imagem maravilhosa de Cristo, resiste a tudo” (BOFF, 2012, p. 67). Assim, consegue resgatar a tendência do Purgatório como uma câmara do Inferno, dando-lhe a devida visão de purificação para a visão beatífica (SANTOS, 2015, p. 24-26).

Conquanto, para a mística não se exclui do processo de purificação as características de dor e sofrimento, que parearam o Purgatório à visão do Inferno. A guinada está que na raiz do sofrimento, não está um castigo divino. Antes, [a raiz] é o pecado. Tal realidade aliena o ser humano da plena comunhão com Deus e sua graça. Afirma: “Deus criou a alma pura [...], com um certo instinto que a leva a buscar nele a felicidade. Porém, o pecado original a afasta

dessa inclinação [...]. E quanto mais se desvia assim de Deus, mais se vai fazendo maligna, e menos Deus a ela se comunica” (ADORNO, 2019, p. 23).

A alma — diz Catarina — apresenta-se a Deus ainda vinculada aos desejos e à pena que derivam do pecado, e isto torna-lhe impossível regozijar com a visão beatífica de Deus. Catarina afirma que Deus é tão puro e santo que a alma com as manchas do pecado não pode encontrar-se na presença da majestade divina [...]. A alma está consciente do imenso amor e da justiça perfeita de Deus e, por conseguinte, sofre por não ter correspondido de modo correto e perfeito a tal amor, e precisamente o amor a Deus torna-se chama, é o próprio amor que a purifica das suas escórias de pecado (BENTO XVI, 2011, s.p.).

Assim, o imaginário do Purgatório, retratado desde Dante, na era áurea do medievo, à Santa Catarina de Gênova, no declínio desta mesma época, apresenta uma evolução e uma interpretação que vai tomando as formas doutrinárias. Desse modo, para Santa Catarina, sublinha-se a necessidade de afirmar a finalidade do Purgatório, que demonstra que o que é imperfeito, o misericordioso Deus transforma radicalmente até que seja perfeito (SANTOS, 2015). Ainda, o que no homem é imperfeição, Deus o purifica até que pareça o homem quase que parte de seu ser:

Eu vejo uma conformidade tão grande de Deus com a alma que, quando Ele a vê naquela pureza em que a criou, lhe dá em certo modo atrativo um amor feroso, que é suficiente para aniquilá-la, embora ela seja imortal. E isto faz que a alma de tal maneira se transforme em seu Deus, que não parece senão que seja Deus. Ele continuamente vai atraindo e acendendo-a em seu fogo, e já não lhe deixa nunca, até que a tenha conduzido àquele seu primigênio ser, isto é, àquela perfeita pureza na qual foi criada (ADORNO, 2019, p. 32).

O gênio de Santa Catarina, assim, consiste na sua forma de, a partir de sua experiência com o transcendente, afirmar o seu imaginário, que respalda o desdobrar da doutrina. Ela “não [...] começa a partir do além para narrar os tormentos do purgatório — como era habitual naquela época [...] — e depois indicar o caminho para a purificação ou a conversão, mas [...] começa a partir da própria experiência interior da sua vida a caminho da eternidade” (BENTO XVI, 2011, s.p.). Deste modo, indica, de forma mais explícita, o Purgatório como um paradoxo de alegria e sofrimento. A alegria emana da certeza da união com Deus. O sofrimento surge do pecado, que faz atrasar o momento dessa união (SANTOS, 2015, p. 26).

Deste modo, a partir da perspectiva das Sagradas Escrituras e do Magistério, pode-se ter um panorama da doutrina do Purgatório. Orientada indiretamente pela tratativa dos redatores sagrados, é uma Tradição herdada da fonte da Revelação, presente desde os primórdios no cenário da fé católica. Conquanto, é a partir do século XII, por seu

desenvolvimento doutrinário e pelo triunfo poético e literário que o Purgatório começa a permear o imaginário popular medieval. Esse pano de fundo, que numa sociedade altamente religiosa pode gerar fantasias infindas, é uma das realidades atacadas pelo revolucionário Lutero em seu intento protestante. Conquanto, alinhado à doutrina, surgem revelações privadas capazes de confirmar a fé e dar um novo cenário ao imaginário daquilo que é a Verdade revelada.

Neste capítulo, por fim, pode-se encontrar um panorama do desenvolvimento do imaginário do Purgatório a partir da mística e da poesia. Esse panorama demonstra a forma como fora sendo recebida popularmente a doutrina – concomitantemente apresentada no presente capítulo – e como se fora desdobrando entre o povo. Para justificar o processo de elaboração da doutrina que se apresenta, expôs-se brevemente a fonte escriturística do Purgatório. Essa compreensão leva a perguntar-se ‘o que restou de Purgatório hoje?’. Compreendendo a dinâmica da construção doutrinária, alicerçada na escritura é que se poderá analisar no próximo capítulo os limites que cerceiam aquilo que é seguro em contraposição àquilo que é fantasioso no trato do Purgatório. Ainda, ao analisar nesse capítulo a alma, pode-se correr o risco de um dualismo platônico, o que será esclarecido adiante.

2. NA ESTEIRA DO TEMPO: O PURGATÓRIO NO IMAGINÁRIO MODERNO, NA OBRA DE RATZINGER

Neste capítulo, abordar-se-á a tratativa do Purgatório no imaginário moderno a partir da obra de Ratzinger. Para tal, alinhado à reflexão do teólogo, trar-se-ão aspectos da imortalidade da alma que lhe são caros e são tidos como fundamentais na discussão escatológica, considerando a distinção do homem (corpo e alma) que faz parte do mais peculiar na tratativa da Salvação de cada sujeito. Assim, apontar-se-ão algumas questões modernas à Escatologia, alinhadas com o autor, a fim de oferecer ferramentas intelectuais ao leitor que, em seguida, encontrará os apontamentos e finalidades do Purgatório na obra de Ratzinger, propriamente dito, fazendo emergir da sua modernidade e da sua ortodoxia o seu parecer sobre este estado de purificação e trazendo um panorama daquilo que o imaginário hodierno compreende. Nesse processo, espera-se apresentar a paulatina desconstrução da imagem que causa espanto à passagem da imagem da Misericórdia de Deus, que dá sentido à existência e justifica a experiência do estado da consciência que se purifica.

2.1 Aspectos da imortalidade da alma

A fé cristã e sua doutrina encontram no problema escatológico um empecilho, não tão raro, para a manutenção de sua coerência e fidelidade: àquilo que Ratzinger chama fobia do dualismo, que esvaziou quase que totalmente a noção de alma (RUBIO, 2013, p. 28-31; RATZINGER, 2019b, p. 9-10). A preocupação do teólogo, neste ponto, diz respeito à necessidade existente entre fidelidade e transmissão da verdade, asseverando que “[...] somente quem permanece fiel à verdade pode dar a esta uma interpretação exata” (RATZINGER, 2019b, p. 9). Isso afirma, devido ao choque entre a compreensão cristã e seus embates metodológicos e linguísticos com a modernidade, como se explicitará.

Antes de tudo, faz-se mister asseverar que o Credo da fé é categórico e certo da ressurreição dos mortos, como exposto no capítulo anterior. Conquanto, tal realidade se assegura sobre a o homem inteiro, não sobre uma partição dele. Outrossim, para assim assegurar, a Igreja é continuamente firme em afirmar o estado intermediário entre a morte e a ressurreição (RAHNER, 1989, p. 504-506; 511). Para isso, depois da morte do homem, dotado de liberdade, consciência e vontade, o seu eu não deixa de existir, mas continua numa existência autônoma. Esse elemento constitutivo e indispensável de sua natureza é designado de alma (RATZINGER, 2019b, p. 10-11).

A palavra “alma”, como portadora de um aspecto fundamental da esperança cristã, é, pois, considerada elemento integrante da linguagem fundamental da fé, ancorada na oração da Igreja, e indispensável a uma verdadeira comunhão dentro da realidade dessa fé. Assim sendo, os teólogos não podem dispor dela a seu bel-prazer (RATZINGER, 2019b, p. 11).

Ora, se alma faz parte do, por assim dizer, substrato linguístico da doutrina da fé, isso é, sua linguagem fundamental, o abandono de seu conceito atinge em cheio o limite entre significante e significado. Em outros termos, atingir a linguagem denota a ameaça mais direta e plena que se possa imaginar contra o conteúdo objetivo dos elementos a serem interpretados ou afirmados (RATZINGER, 2019b, p. 11). Entrementes, esse conceito [alma] não é definido com clareza na Sagrada Escritura, nem mesmo na tradição neotestamentária, e por isso é recebido com certa desconfiança após a ruptura de Lutero e, sobretudo, a partir do método histórico-crítico (RATZINGER, 2019b, p. 12-15).

Eventualmente, Lutero opôs-se à fusão histórica, milenar e consolidada do cristianismo com o helenismo (RUBIO, 2013, p. 24-28). Para ele, era necessário cindir com o pensamento grego, voltando à Tradição que, ao que apontava em seu radicalismo, corrompia o Evangelho e fazia-lhe mal interpretado (RATZINGER, 2019b, p. 14-15). Essa cisão pode ser vista como a fonte da oposição que há à antropologia tradicional da Igreja, sublinhando-a como uma tendência [helênica] de dualismo (RAHNER, 1968, p. 86-88; RATZINGER, 201b, p. 17-18). Tal assertiva [do dualismo], além de horror, poderia causar desconforto e ser considerada decadência, quer para os teólogos que comungavam do ideário luterano, quer para os teólogos modernos (RATZINGER, 2019b, p. 18-19).

Considerar o homem como um ser composto de corpo e alma, crer na sobrevivência da alma entre o momento em que o corpo morre e aquele em que ressuscita são atitudes que parecem uma traição da representação bíblica e moderna da unidade do homem, da unidade da criação. Afirmar isso foi visivelmente considerado como [...] uma recaída no dualismo grego, que divide o homem em espírito e matéria (RATZINGER, 2019b, p. 18).

Para assegurar o que consideraria uma legítima teologia escriturística, Lutero apresenta a solução do homem adormecido no sono da morte (RATZINGER, 2019b, p. 18-20; RATZINGER, 2019a, p. 116-122). Assim, o reformador conseguiria apresentar, ao seu parecer, uma negação da distinção errônea entre corpo e alma. Conquanto, o corpo em decomposição não pode ser assemelhado a algo ou alguém que repousa. Se não há alma, o eu do sujeito não pode estar adormecido. Ou, ainda, asseverar seu adormecimento é dizer que há uma interrupção provisória na existência humana (RATZINGER, 2019b, p. 18-19).

Deste modo, o sujeito nunca poderia ressuscitar, como professa a fé cristã, com a identidade que antes fora sua. Assim:

Ser despertado da morte equivale [...] a uma nova criação, e aquele que foi despertado pode ser semelhante àquele que morreu, mas não é idêntico a este. Por conseguinte, no momento de sua morte esse homem deixa definitivamente de ser o que era antes. Nesse caso, porém, não se conseguiu salvaguardar o ensinamento sobre a ressurreição que [Lutero] quisera justamente salvar (RATZINGER, 2019b, p. 19).

Ademais, a Tradição, bem como a literatura escriturística, não conforma o estar adormecido a uma interrupção da existência dos mortos, nem a um estado de inconsciência. Antes, o emprego desse termo denota a uma corriqueira afirmação, talvez eufêmica, sobre a morte daquele a quem se referia. A esse termo, ainda, que variava em seu significado, os cristãos quiseram, desde sempre, atribuir-lhe uma vida consciente com o Senhor (RATZINGER, 2019b, p. 19; LIBÂNIO; MURAD, 2014, p. 279-280).

Por conseguinte, ante tal óbice de pensamento, alguns teólogos empreenderam por caminhos, a fim de dirimir essa questão axiomática entre tempo e eternidade. Envereda-se, daí, um corrente de interpretação apoiada em Troeltsch e Barth (RATZINGER, 2019b, p. 19-20). Esta tenta acentuar “[...] a incomensurabilidade total que existe entre o tempo e a eternidade. Quem morre sai do tempo e penetra no ‘fim do mundo’[...]” (RATZINGER, 2019b, p. 19). Assim, ao passar pela morte, o sujeito ingressa já na ressurreição. Embora pareça convincente – sobretudo pela assertiva de que o tempo metafísico não segue regras de aplicação do tempo físico, antes, sequer exista um tempo – essa teoria é questionável (FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 61).

Destarte, se a tentativa é solucionar o axioma da pura e simples indivisibilidade do sujeito humano, sem o seu corpo ele não é. Conquanto, depois da morte, o corpo humano permanece, palpável e incontestavelmente, no tempo e no espaço. É sepultado – conforme as obras de misericórdia corporais – não ressuscita (RATZINGER, 2019b, p. 20). Em linhas gerais, isso não é de fato ressurreição, já que essa, na fé cristã, implica à matéria e ao mundo concreto da história humana (BLANK, 2014b, p. 11; RATZINGER, 2019b, p. 21). Deste modo, defender a imortalidade da alma é, antes de tudo, defender um abrigo linguístico e uma conclusão teológica necessária (RAHNER, 1968, p. 86-88; RATZINGER, 2019b, p. 22).

Consequência dessa discussão, e do ideário de que o conceito de alma fossem herança de uma tradição não bíblica, até mesmo a *lex orandi* da Igreja Romana foi atingida. O *Missale Romanum* de 1970, isto é, de Paulo VI, aboliu tal termo de sua liturgia das exéquias

(RATZINGER, 2019a, p. 116). O alastramento dessas novas reflexões parece emanar da antropologia moderna, segundo o modelo das Ciências Naturais. Ora, a capacidade de análise, a tecnologia e a formação levam essa antropologia a compreender o ser humano inteiramente no seu corpo. Não pode haver nele uma alma separável, já que funciona como uma engrenagem, que pode ser objeto de estudo (RUBIO, 2017, p. 29-30; RATZINGER, 2019a, p. 117).

Contudo, parece igualmente contraditório que a Filosofia grega seja capaz de justificar, na sua incompatibilidade com o pensamento hebraico, a ressurreição e a imortalidade. Para a fé cristã, a ressurreição dos mortos é sinônimo da sua esperança de imortalidade (BLANK, 2014b, p. 11). Assim, Imortalidade da alma e ressurreição dos mortos estão na coluna vertebral da esperança cristã e do anúncio que ia ao encontro do mundo grego e seu pensamento (RATZINGER, 2015, p. 256-257):

A antropologia grega entendia a natureza humana como a reunião de duas substâncias estranhas entre si: a alma e o corpo. A primeira, imperecível, imortal, pré-existente, independente da matéria e nobre; a segunda, perecível, mortal, situada temporalmente e entendida de maneira vil, muitas vezes caracterizada como cárcere da alma [...]. Já a compreensão bíblica postula a indivisibilidade do ser humano. Esse fato é observado [...], inclusive do ponto de vista linguístico: “[...] a Bíblia nem tem palavra para designar apenas o corpo (separado e distinto da alma) [...]”. Por conseguinte, quando a Bíblia fala em “alma” está fazendo referência ao ser humano, integralmente considerado. Neste contexto, “a ressurreição dos mortos (não dos corpos!), de que fala a Bíblia, refere-se portanto à salvação do ser humano uno e indiviso, e não apenas ao destino de uma metade do homem (eventualmente até secundária)” [...]. Com isso, entende-se que a ressurreição dos mortos não tem cadáveres como objeto, mas sim a pessoa, em sua unidade indivisível (FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 64).

Deste modo compreendido, em sua unidade, a fé cristã na ressurreição não denota a simples reanimação ou devolução de um corpo (RAHNER, 1989, p. 315-317). Antes, a verdadeira esperança consiste na ideia da imortalidade da pessoa, do ente em si, que é, embora transformado, o mesmo ser humano (RATZINGER, 2015, p. 257). Tal imortalidade, decerto, diz respeito àquilo que Ratzinger chama de imortalidade dialogal. Ou seja, a imortalidade não é *per se*, antes, é um dom da ação salvífica e amante. O sujeito humano não pode ser extinto por completo porque é amado e conhecido pelo seu Divino Criador. É justamente desse aspecto que nasce a ideia escriturística da ressurreição (RATZINGER, 2015, p. 257-258).

Dessa maneira, tal imortalidade deve ser compreendida, quando analisada no seu extremo, como comunhão. É esse o caráter comunitário da imortalidade humana. Isso é inferido como consequência da certeza que a ressurreição dos mortos aponta aos

acontecimentos últimos. Há como pano de fundo uma ideia de interdependência (RATZINGER, 2015, p. 258). Deste modo, o artigo que sucede a ressurreição da carne no Credo, ou seja, a *communio sanctorum*, crida puramente na sua plenitude, não permite a ideia de *anima separata*, aniquila seu sentido, inserindo-a num contexto do elemento constitutivo da comunidade (RATZINGER, 2015, p. 258).

Embora destine-se aos “últimos tempos”, a ressurreição dos mortos – compreendida em estrita ligação com a *parusia* de Cristo – não é datável, nem pode ser alocada em determinado estágio (início, meio ou fim), porque o evento Jesus Cristo, apreendido, crido e anunciado pela Igreja, é a própria ressurreição. Aqui, a fundamentação cristológica explicita-se: Jesus é a ressurreição e a vida [...]; crer em Jesus é estar na posse da vida eterna [...]. Ademais, a discussão a respeito do “estado intermediário”, neste contexto, recebe um novo enfoque, pois, em conformidade com a teologia joanina [...], a ressurreição se verifica *hic et nunc*, uma vez que a relação com Cristo mediante a fé introduz a pessoa na definitividade da vida, a qual não pode ser destruída nem mesmo pela morte (FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 65).

Assim, o vínculo com Jesus Cristo é ressurreição. Quando se há, não importa tempo e espaço, aderido à mensagem cristã, há a superação *hic et nunc* do limiar da morte. A ressurreição não é distante, antes, o sujeito já se encontra no espaço da vida definitiva onde quer que se introduza na fé cristã (RATZINGER, 2015, p. 258-259; RATZINGER, 2019a, p. 138-139; FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 65). Toda essa assertiva, considerando a imortalidade essencial do ser humano, é necessária para a boa compreensão da questão do estágio intermediário entre a morte e a ressurreição.

Conquanto, é imprescindível que a óptica pela qual se lance as vistas à ressurreição não sejam esse período intermediário, precedido de uma devolução dos corpos às almas (ou vice-versa). Verdadeiramente, diz respeito à esperança e à certeza de que os sujeitos humanos, eles mesmos, continuarão vivendo. Vida essa dada por conhecimento e amor de Deus, que não permite que ele pereça, e não por suas próprias potencialidades humanas (BLANK, 2014b, p. 11; RATZINGER, 2015, p. 260).

O ser humano é abrangido como o todo, que lhe é pertinente ontologicamente. Sua pessoalidade, essencialidade, continuará existindo de maneira diversa. Estando o sujeito humano na memória de Deus – e todos estão, pelo estatuto antropológico impresso pelo mesmo Criador – a sua existência continua (RATZINGER, 2015, p. 260-261). “E como é o próprio ser humano que viverá, não uma alma isolada, o elemento inter-humano fará parte desse futuro; por isso, o futuro do ser humano individual só estará completo quando estiver cumprido o futuro da humanidade” (RATZINGER, 2015, p. 260).

Entende-se, assim, ser indispensável o significado da noção de alma, que, como supracitado, desde a compreensão bíblica denota a indivisibilidade do ser humano, isto é, sua integralidade (RUBIO, 2013, p. 33-36). Somente assim pode-se compreender adequadamente o destino final do ser humano, quer na sua constituição antropológica, quer na realização Cristológica. Para tal, mister faz-se reconhecer que ao fazer uso deste significante [alma], tem-se a significação do eu humano, em sua totalidade e unicidade, sendo errônea sua dissociação dialógica e relacional. (RATZINGER, 2019b, p. 10-11; FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 66).

A matéria como tal não pode ser fator de constância no homem: inclusive durante a vida terrena, ela se encontra em contínua mutação. Nesse sentido, a existência de uma dualidade a distinguir entre o constante e o variável é algo indisputável e exigido pela lógica própria da coisa. *Por essa razão, a distinção entre alma e corpo é indispensável.* Mas, [...] já não traz em si nada de dualismo, mas apenas manifesta a dignidade e unidade do homem (RATZINGER, 2019a, p. 163, grifo do autor).

2.2 Questões modernas à Escatologia

Se a fé cristã assevera a imortalidade da alma, a partir dos supraditos recursos da tradição e da antropologia que lhe são próprios, o conteúdo acerca da ressurreição também parece ser um ponto importante a ser considerado. Para isso, deve-se questionar o que, de fato, é a ressurreição, qual seu significado e que conteúdo carrega. Aparece ser esse tema um dos mais importantes na dinâmica da escatologia moderna, que rejeitou abruptamente o conceito da imortalidade e defendeu, promulgou, modernizou e realocou o sentido da ressurreição (RATZINGER, 2019a, p. 169).

Para afirmar a ressurreição como se lhe foi revelada, a tradição busca nas fontes escriturísticas as bases de seu tratado. Ratzinger demonstra que a forma como as Sagradas Escrituras enunciam as coisas últimas do ser humano está contida na esperança da ressurreição (RATZINGER, 2019a, p. 169-174). Este conceito, carregado de dúvidas pela escatologia moderna, quando considerado biblicamente, designa a imortalidade da pessoa na sua integralidade (BLANK, 2014b, p. 7-8). Essa [integralidade] faz referência à supracitada distinção na qual se compõe a unicidade humana (FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 65).

Tal imortalidade, compreendida como dialogal – isto é, como recebida por sua relação de criatura com o Criador, que a dotou dessa característica constitutiva, independente da sua própria ação, por amor – deve sê-la no âmbito da comunhão. A ressurreição dos mortos se plenificará na *Parusia*, de maneira que compreende a comunhão com todos os seres humanos

que participarão da relação com a Trindade, isto é, a *communio sanctorum* (FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 65; DIAS, 2020, p. 27-33). Conquanto, só fará sentido o conceito de ressurreição se entendido, como exposto anteriormente, como sendo sinônimo do próprio Jesus Cristo Ressuscitado, compreendido como *hic et nunc* (RATZINGER, 2019a, p. 192; GONÇALVES; SOUZA, 2013, p. 142-143).

J. Ratzinger, respondendo ao simplismo substancialista que considera a alma como autônoma, de maneira que a imortalidade lhe seria um atributo inerente, argumenta a partir da ideia da imortalidade dialógica. Apaz ao teólogo bávaro citar Gabriel Marcel, para afirmar que “amar um homem equivale a dizer: não morrerás”[...]. E aqui está o núcleo de sua concepção: é o amor, ou seja, o Deus amor, que confere vida definitiva à criatura amada (FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 68).

Considerando isso, compreende-se que o objeto da ressurreição, isto é, aquele sujeito que participa da [ressurreição] de Cristo, não são cadáveres, corpos que se deterioram (RAHNER, 1989, p. 315-317)⁴. Antes, são as pessoas em sua unidade indivisível, que suplicam e esperam receber o corpo glorioso, tal qual o de Jesus Cristo, a fim de participar do banquete eterno que se lhes foi reservado (FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 64). A relação da alma com o mundo material continua-lhe essencial, avançando em direção a uma unidade transformada e diferenciada, na construção progressiva de uma *biosfera* e da *noosfera* (RATZINGER, 2019a, p. 193):

A ideia fundamental que emerge em Santo Tomás recebe em Karl Rahner um novo desenvolvimento, quando este autor observa que, na morte, a alma não se torna acósmica [*akosmisch*], mas plenicósmica [*allkosmisch*], universalmente cósmica [...]. O que significa que a relação com o mundo material continua-lhe a ser essencial, ainda que já não seja mais sob o modo da dação de forma entelequial de um organismo, mas como relação com esse mundo como tal e em sua totalidade (RATZINGER, 2019a, p. 193).

Sendo tais sujeitos integrais, que ainda relacionados com o mundo material, a ressurreição desponta como sinônimo de uma transformação cósmica, sobre a qual não se pode muito abstrair (BLANK, 2014a, p. 68-72; RATZINGER, 2019, p. 193-195). A própria Ciência Natural encontra-se num dilema – que para a Filosofia se apresentaria como aporia – que está no vértice entre a rápida e generalizada decomposição em que se apresentam os seres todos, em seus microrganismos, consumindo-se de acordo com o princípio da entropia e na plenitude, de um movimento ascendente da complexidade cada vez maior em suas unidades

⁴ Apontado como paradigmático nessa afirmação da compreensão teológica, o teólogo K. Rahner escreve: “Não atinamos de início com o sentido da ‘ressurreição’ em geral [...], se nos deixarmos orientar pela ideia da revivificação de um cadáver físico-material. A ressurreição de que se trata [...] significa a salvação definitiva perante Deus da existência humana concreta, salvação que é operada por Deus” (RAHNER, 1989, p. 315-316).

(RATZINGER, 2019, p. 195). Em Cristo, a fé vê a resposta e a aponta como a lógica da ressurreição e da transformação cósmica:

A mensagem cristã espera por ambas as coisas simultaneamente: pela decomposição como ponto de chegada do caminho próprio do Cosmos, e pela plenitude no novo poder que vem de fora e que se chama Cristo. É claro que a fé não vê em Cristo algo simplesmente externo, mas a própria origem de todo ser criado, que, pelo fato de vir “de fora”, pode preencher aquilo que o Cosmos possui de mais “interno” (RATZINGER, 2019a, p. 195-196).

Conquanto, pensando assim a ressurreição dos mortos, não há maneira de elucubrar o mundo novo. Igualmente, não se dispõe de enunciados concretos com os quais se possa imaginar, ou pelo menos tentá-lo, a relação do ser humano com o mundo transformado (RAHNER, 1989, p. 515-516). Tampouco, da dinâmica e formalidade do corpo glorioso. “Porém, temos a certeza de que o dinamismo do Cosmos conduz a uma meta, a uma situação na qual a matéria e o espírito se relacionarão mutuamente de uma maneira nova e definitiva” (RATZINGER, 2019a, p. 196). Essa certeza, no entanto, é o conteúdo concreto da crença na ressurreição da carne.

Nessa perspectiva, outro tema que parece fundamental ao arcabouço da Escatologia é o Juízo Final. “Esta temática do juízo é estruturante no modo existencial cristão, como ‘lugar’ de revisão do nosso modo de agir e de opção por Deus” (SANTOS, 2015, p. 42). Presente desde a literatura veterotestamentária, [o Juízo] foi colocado, a partir do evento da pessoa de Jesus Cristo e da comunidade cristã, nova relação Cristológica. Sendo Ele mesmo apresentado como pura salvação e como graça perfeitíssima. Deste modo, a desgraça está na distância dele a que se põe o sujeito (RAHNER, 1989, p. 512): “A desgraça [...] se dá onde o homem ficou longe d’Ele; [...] quando o homem permanece em si mesmo. A palavra de Cristo, como oferta de salvação, tornará evidente que foi o próprio condenado quem estabeleceu a fronteira e se apartou da salvação” (RATZINGER, 2019a, p. 206).

O Juízo aparece, nessa dinâmica, como uma transição do mundo das inverdades e da limitação à realidade plena da verdade manifesta. O sujeito se desvela e se reconhece como aquilo que de fato é. Desponta como a revelação da verdade mesma, sem a neutralidade proposta pela justiça mundana, representada pela deusa vendada (RATZINGER, 2019a, p. 206-208):

Nisso consiste o caráter salvador da ideia de Juízo, que para a fé cristã significa isto: a Verdade que julga o homem saiu em busca dele para salvá-lo e lhe deu uma nova verdade. Como Amor, a Verdade se pôs no lugar do homem, dando-lhe uma verdade especial: a verdade de ser amado pela Verdade (RATZINGER, 2019a, p. 207).

Nessa perspectiva, o Juízo é visto como uma via de mão dupla, na qual somente o sujeito humano pode pôr uma barreira à salvação. Isto se diz porque o limite escatológico tem seu limiar não na morte, mas na profissão da fé em Jesus Cristo. Pode-se dizer que o crente afirma seu assentimento em estar com Cristo, Ele que é a vida (BLANK, 2014c, p. 109-111). O que não professa sua fé em Deus, nem a crê na intimidade da ação pneumatológica, recusa por si mesmo a estar com Ele (RATZINGER, 2019a, p. 207-208; BLANK, 2014c, p. 195-197). Por isso, trata

[...] do movimento espiritual da morte, através do qual Deus recria a pessoa para a vida da santidade e do amor: “o movimento da morte é idêntico ao movimento para dentro do amor radical. [...] No cristianismo só se trata do amor [...]. Por dentro, o cristianismo é muito simples [...]”. Para o autor, o elemento central da Teologia da morte é o amor a Deus e ao próximo. Trata-se de um destronamento radical da pessoa mesma, o que invalida absolutamente qualquer compreensão individualista da salvação, antes, pelo contrário, lança obrigatoriamente o olhar para o outro, para os outros, para a história e para o mundo (TELES, 2015, p. 70).

Neste sentido, sublinha-se ainda o sentido do encontro com o Corpo de Cristo. Ele não se encontra isolado, por isso o encontro com Ele retumba no encontro com os seus. O destino daquele que com Ele se encontra, depende também da relação do encontro com os membros de seu Corpo (Cf. Mt 25,40). Daí se pode afirmar que os santos julgam, na relação com os membros sofredores do Corpo glorioso de Cristo. Ainda nessa perspectiva, Juízo [particular] e Juízo universal se coadunam: “[...] algo novo ocorrerá quando toda culpa do mundo tiver sido totalmente purgada e [...] depois que se tenham esgotado e conservado todas as consequências das ações humanas” (RATZINGER, 2019a, P. 208).

Por fim, nessa perspectiva, Ratzinger aponta para a hipótese da decisão final. Esta diz respeito ao sentido da liberdade do homem. Essa, frágil e ensoberbecida, ao longo da vida terrena do homem é muito limitada. Deste modo, pareceria injusto que dela dependesse um destino eterno e irreversível. Por tal, essa hipótese aponta à morte como o início de uma liberdade inteiramente plena, ilimitada e pessoal. Assim, na morte estaria o lugar para tornar-se consciente do encontro com Deus e sobre a escolha de seu destino eterno. É Deus quem, em última análise, conhece melhor que o sujeito humano as sombras de sua liberdade e, assim, dos chamados e das possibilidades que lhe deu. Deste modo, a verdade do homem que se faz definitiva no juízo é aquela que, sendo conhecida por Ele, fê-lo fazer-se Redenção, sem abrir mão ou perder a dignidade da Verdade (RATZINGER, 2019a, p. 208-209).

2.3 O Purgatório na obra de Ratzinger: apontamentos e finalidades

Considerando o supradito com relação aos apontamentos da Escatologia e da Esperança cristã, confluindo a dinâmica da ressurreição com a imortalidade da alma e passando brevemente pelo histórico do Purgatório no imaginário e no seu desenvolvimento doutrinal e base escriturística, vale atinar-se agora àquilo que o autor privilegiado trata a respeito da doutrina sobre o Purgatório. Sua visão e teologia, abordadas também durante seu pontificado, apontam para o núcleo válido da doutrina do Purgatório, caracterizando, assim, a modernidade de seu pensamento.

Assim, a primeira assertiva que aparece na construção de seu pensamento é o apontamento da centralidade cristológica da compreensão do Purgatório. É o próprio Senhor o fogo julgador que transforma a realidade humana, conformando-a ao seu Corpo glorioso. Desse modo, as interpretações que partem de 1Cor 3,10-15, dizendo que o apontamento do fogo não faz menção ao Purgatório, mas ao próprio Senhor, afasta-se dessa verdade e da justa e honesta interpretação que fora feita pela Igreja ao longo da história (RATZINGER, 2019a, p. 226-227).

Mediante o juízo particular de cada alma, a purificação que se lhe apresenta como necessária não se realiza através de uma coisa, qualquer que seja, mas se realiza pela graça e pela potência transformadora do Senhor, que o eleva até Ele mesmo (BOFF, 2012, p. 64; BLANK, 2014c, p. 164-167). Ainda, não há possibilidade lógica de asseverar que tal purificação ocorra no último dia, já que a honestidade hermenêutica demonstra, como supracitado, que “para tornar-se ‘eterno’, o homem não precisa abrir mão de sua temporalidade” (RATZINGER, 2019a, p. 227). A entrada do homem no seu destino definitivo é, conseqüentemente, uma imersão no fogo escatológico, cujo momento transformador não pode ser medido sob os parâmetros da cronologia terrena (BLANK, 2014c, p. 169-170; RATZINGER, 2019a, p. 227).

Tal momento purificador, no entanto, não é um momento eterno. Antes, apresenta-se como uma passagem, que não deve ser qualificada como breve ou longa, já que tais esforços [em qualificá-la] em consonância com os critérios temporais e espaciais da Física são ingênuos e inúteis (RAHNER, 1989, p. 510):

A “medida temporal” desse encontro se encontra nas profundezas abissais da existência, numa transição em que somos queimados, transformados pelo fogo. Pretender medir esse *Existenzzeit* [tempo existencial] com os parâmetros do tempo deste mundo equivale a ignorar a especificidade do espírito humano, tanto em seu

vínculo com o mundo quanto em sua diferenciação em relação a ele (RATZINGER, 2019a, p. 227).

Deste modo, Ratzinger esclarece que o fundamento essencial cristão do Purgatório não se encontra no vértice de um campo de concentração no além, onde as penas impostas tem que ser cumpridas pelo sujeito. Na realidade, trata-se de um processo necessário de transformação do sujeito pelo qual, realizando plenamente sua vocação, ele se torna capaz de Cristo e, por isso, capaz de Deus e, conseqüentemente, capaz de unir-se à comunhão dos santos. Esse estado é necessário e tal acontecimento é sinônimo do triunfo pleno da Graça, não de sua substituição (RATZINGER, 2019a, p. 227-228).

A decisão fundamental, isto é, a profissão do Credo e sua adesão central ao Cristo são os elementos para a salvação (CCE, n. 150). Conquanto, esta decisão está, na maior parte dos crentes, encoberta pelo egoísmo humano, que o sujeito não conseguiu abolir ao longo de sua vida:

Na maioria dos homens [...] perdura no mais profundo da sua essência uma derradeira abertura interior para a verdade, para o amor, para Deus. Nas opções concretas da vida, porém, aquela é sepultada sob repetidos compromissos com o mal: muita sujeira cobre a pureza, da qual, contudo, permanece a sede e que, apesar de tudo, ressurgue sempre de toda a abjecção e continua presente na alma (SS, n. 46).

O homem recebe gratuitamente a misericórdia, mas necessita de ser transformado em figura imaculada, a fim de tornar-se um suficiente e digno partícipe da eterna alegria, de Deus mesmo. A doutrina da Graça, afirma ainda o autor, não é em nada contrariada, já que Penitência não é antítese à Graça, antes, é sua forma, possibilidade por ela concedida à disposição interna e transformadora do sujeito agraciado com o perdão (RATZINGER, 2019a, p. 228). Há, assim no encontro com o Senhor no momento do Juízo, o ato decisivo. O sujeito encontra-se diante dele desnudado, trazendo toda a sua verdade e, concomitantemente, toda falsidade.

Porém, na dor deste encontro, em que o impuro e o nocivo do nosso ser se tornam evidentes, está a salvação. O seu olhar, o toque do seu coração cura-nos através de uma transformação certamente dolorosa «como pelo fogo». Contudo, é uma dor feliz, em que o poder santo do seu amor nos penetra como chama, consentindo-nos no final sermos totalmente nós mesmos e, por isso mesmo totalmente de Deus (SS, n. 47).

Deste modo, o encontro purificador com o Cristo é o estado, no processo de amadurecimento da fé, na hora do Juízo, onde a dor da purificação de toda a imundície, pelo

amor vicário e divino que se apresenta sem véus, denota a dor simbólica da salvação e da alegria. É a passagem pelo questionamento do coração e da verdade do amor de cada sujeito humano (SANTOS, 2015, p. 43). Assim,

A alma está consciente do imenso amor e da justiça perfeita de Deus e, por conseguinte, sofre por não ter correspondido de modo correto e perfeito a tal amor, e precisamente o amor a Deus torna-se chama, é o próprio amor que a purifica das suas escórias de pecado. [...] (BENTO XVI, 2011, s.p.).

Por outro lado, deve-se compreender que o ser do homem é um ser relacional, isto é, está em relação com o outro, com os semelhantes, quer em relação de amor, quer em relação de ódio e neles está imerso (RATZINGER, 2019a, p. 229). Ele só se realiza em relação com os outros, jamais em si mesmo, e por isso só o é, de fato, mediante o outro. Daí afirmar que o julgamento se dá na presença da supradita *communio sanctorum*. Todos os membros do corpo apontam àquilo que lhe fizera a alma em sua integral totalidade. É como a analogia de um peso interno, posto na balança, a fim de que o fiel lhe pese o lado mais favorável (RATZINGER, 2019a, p. 229).

Assim, na afirmação do Eu subjetivo da alma que se mergulha no estado de purificação, está o apelo ao Tu como esperança. Daí que se baseia o conceito de penitência (RATZINGER, 2019a, p. 229). Para o amor, não há fronteiras. Diz-se que o amor é mais forte que a morte. O amor que se entrega, amor vicário, é dado central na fé cristã. Assim, a possibilidade da ajuda e da doação ao semelhante, não se finda com o limite humano da morte. Antes, a Igreja abarca toda a realidade, como no credo Niceno-Constantinopolitano “vivos e mortos”. A comunhão dos santos integra a realidade física e a realidade que está em sua relação (BLANK, 2014c, p. 233-234; RATZINGER, 2019a, p. 229).

Por isso, há a possibilidade gratuita da correspondência a esse amor que ultrapassa os limites da morte:

[...] corresponder a esse amor que ultrapassa os sepulcros constitui inclusive o dado verdadeiramente originário desse terreno da tradição, cuja primeira expressão clara encontra-se em 2 Mc 12:42-45 (e talvez já em Ec 7:33); esse dado fundamental jamais foi matéria de discussão entre Ocidente e Oriente e (certamente devido a uma prática em parte bastante corrompida) só foi questionada pelas confissões da Reforma (RATZINGER, 2019a, p. 230).

Desse modo, aborda-se a dimensão comunitária do Purgatório. Ele desponta como estado por excelência de solidariedade espiritual. Há a oportunidade da vivência comunitária e plurilateral, na qual o sujeito se realiza plenamente. Deste modo, pensa-se numa inserção

paulatina na plenitude do amor trinitário (SANTOS, 2015, p. 43-44). As interações, que não são alheias à vida humana, realizam mais plenamente o processo de integração do sujeito na vida divina:

Aqui levantar-se-ia uma nova questão: se o « purgatório » consiste simplesmente em ser purificados pelo fogo no encontro com o Senhor, Juiz e Salvador, como pode então intervir uma terceira pessoa ainda que particularmente ligada à outra? Ao fazermos esta pergunta, deveremos dar-nos conta de que nenhum homem é uma mônada fechada em si mesma. As nossas vidas estão em profunda comunhão entre si; através de numerosas interações, estão concatenadas uma com a outra. Ninguém vive só. Ninguém peca sozinho. Ninguém se salva sozinho. Continuamente entra na minha existência a vida dos outros: naquilo que penso, digo, faço e realizo. E, vice-versa, a minha vida entra na dos outros: tanto para o mal como para o bem. Deste modo, a minha intercessão pelo outro não é de forma alguma uma coisa que lhe é estranha, uma coisa exterior, nem mesmo após a morte (SS, n. 48).

Por fim, pode-se encontrar nesse capítulo alguns aspectos importantes para a compreensão mais profunda do Purgatório no imaginário moderno. A este, correspondeu-se com a obra de Ratzinger, que considera fundamental a retomada do conceito de imortalidade da alma e de sua realização plena na eternidade. Esse conceito, fruto de uma antropologia legitimamente cristã, assegura a existência no além da vida ao sujeito total e pleno, que receberá no juízo seu corpo glorioso, semelhante ao de Jesus Cristo Ressuscitado, tendo vencido o tempo intermediário. Nas questões pertinentes à teologia, pode-se compreender o juízo como estruturante no modo existencial cristão, ante a opção fundamental, articulado com a misericórdia divina. Daí desdobra-se, como exposto, a compreensão do Purgatório como um necessário estado de purificação da alma – não como parte divisa do ser humano, mas como a integralidade deste – que se quer apresentar totalmente pura diante de Deus, o Santo, e assim participar da sua dimensão trinitária, que é comunitária.

3. O PURGATÓRIO, VISTO EM RATZINGER, NA AÇÃO PASTORAL HODIERNA

Neste capítulo final, trar-se-á a síntese da redação proposta nos dois primeiros, a partir da sua incidência na pastoral da Igreja. Deste modo, far-se-á uma espécie de conglomerado sintético entre todas as obras e artigos citados, a fim de dar apontamentos e embasamento teórico e doutrinal no que tange a importância de rezar pelas almas dos fiéis defuntos e do imaginário do purgatório nessa dinâmica moderna, purificado do cenário de horror em relação à sua imagem moderna, considerando-o em sua dimensão comunitária. Ainda, por meio do manual de indulgências e textos litúrgicos pertinentes, que garantem a ortodoxia da doutrina sobre a *lex orandi*, capazes de indicar positivamente a posterior construção de uma conclusão que atenda às expectativas, tratar-se-á sobre as indulgências que se podem aplicar às almas dos que participam do estado do Purgatório, as orações e o oferecimento das Missas em relação a elas.

3.1 Apontamentos sobre sufrágio das almas: significado antropológico teológico-pastoral de rezar pelas almas

Tomando o exposto até aqui, pode-se notar que a oração pelos mortos constitui um dos dados primitivos da tradição judaico-cristã. Mas, em contrapartida, esse intercâmbio espiritual de comunhão de orações poderia aparentar uma intromissão de um terceiro sujeito no acontecimento sumamente pessoal do encontro com Cristo. Igualmente, uma anomalia à compreensão de que o evento espiritual tange somente àquele indivíduo, excluindo qualquer substituição ou representação (RATZINGER, 2019a, p. 227-229). A tais indagações ou dúvidas, a resposta que se retoma é a relacionalidade do *ser* do homem com os outros. Ele não se realiza, jamais é, o ele mesmo (RATZINGER, 2019a, p. 229-230).

Assim, a assertiva de que o sujeito humano não se constrói sozinho, nem simplesmente numa relação intersubjetiva desemboca na afirmação de que sua construção se encontra dentro de um tecido comunitário. Por isso o estado de purificação da alma tem, necessariamente, uma dimensão comunitária (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 241-242). As estruturas sociais, conquanto, que se criam, dificultam o processo da santidade humana, porque são perpassadas de injustiça. Isto causa uma maior dor e desintegra o sujeito, que se vê, diante da plena consciência, maior necessitado de purificar-se e de aperfeiçoar-se para estar diante do Santo (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 242-243).

O Purgatório, deste modo, toca no âmago da existência cristã. Nesta, a fé é vivida sempre como experiência comunitária. O momento da morte e do juízo pessoal não provoca a ruptura dos laços afetivos entre o sujeito defunto e os fiéis vivos. Antes, a morte provoca o desejo nestes da continuidade do processo de comunicação com o sujeito que – querido – já se encontrou com a morte (SANTOS, 2015, p. 55-57). A dimensão comunitária do Purgatório, assim, resulta, primeiramente, da comunitariedade da fé cristã e da necessidade de comunicação mútua, tendo no panorama da existência o caminhar com o outro como um processo contínuo de vida cristã (SANTOS, 2015, p. 56-58).

Neste contexto, pode-se asseverar o verdadeiro [sentido] da intercessão, dos sufrágios, das indulgências, em vista de diminuir o Purgatório das almas. Não faltam na realidade pastoral, de missas por uma ou várias intenções, que se encomendem pelas almas do Purgatório (SANTOS, 2015, p. 58). Tal oração pelos defuntos, unida aos demais exercícios de piedade, é a expressão mais visível e efetiva da dimensão comunitária do Purgatório:

[...] tem sentido rezarmos pelos mortos do purgatório. Não que nós tenhamos poder sobre eles no sentido de eximi-los do seu processo de acrisolamento. Nós podemos pedir a Deus que Ele acelere o processo de amadurecimento, que leve o homem a se deixar penetrar pela graça divina até chegar ao ponto de hominização divinizadora que lhe corresponde (BOFF, 2002, p. 63).

Assim, a oração pelos defuntos, na prática pastoral, parece ser o elemento crucial para a doutrina do Purgatório. É este um costume passado de gerações em gerações (SANTOS, 2015, p. 58-59). Tal oração fortalece o vínculo entre os membros da *communio sanctorum*, pois demonstra que ajuda e doação (amor vicário) não conhecem a fronteira da morte, mas abarca-a no todo da ação (RATZINGER, 2019a, p. 229). E essa oração constitui, em última análise, a possibilidade do caminho ecumênico entre Oriente e Ocidente:

A possibilidade – e o dever – de corresponder a esse amor que ultrapassa os sepulcros constitui o dado verdadeiramente originário [...]; esse dado fundamental jamais foi matéria de discussão entre Ocidente e Oriente [...]. É aqui, portanto, que parece residir o caminho ecumênico nessa questão, pelo menos no que diz respeito a Oriente e Ocidente: o verdadeiramente fundamental é ser capaz de orar, e ter o dever de orar [...] (RATZINGER, 2019a, p. 230).

No entanto, com o horror do dualismo que se instalou na teologia, apresentado no capítulo anterior, relegando aos livros medievais o termo de alma, o caminho sempre tenaz de oração pelas almas do Purgatório na Igreja ficou mais brando:

[...] mesmo no campo católico, tendo-se tanto na linguagem como na própria liturgia abolido (ou quase) termos referentes à alma, e quanto ao purgatório e à prática de rezar pelos mortos introduziu-se no mundo católico um quase nobre e superior silêncio, deixando-se de dizer que *se reza ou se celebra a missa pelas almas do purgatório ou em sufrágio pelas almas*, passando-se a dizer, com frequência, que se celebra em homenagem de alguém que regressou imediata e directamente, pressupõe-se, à casa do Pai... Ainda recentemente recebi vários anúncios que eram também convites para participar, no meu caso, concelebrar em eucaristias celebradas em homenagem a alguém que tinha falecido! (FARIAS, 2010, p. 27).

Nessa dinâmica, ainda como apresentado no capítulo anterior, deve ser retomada a oração pelas almas como possibilidade de abertura à *communio* (RATZINGER, 2019a, p. 228-230). O ser humano é integral na relação, por isso, em relação com os outros, crê na transformação da própria vida, como reza-se no Prefácio dos Fiéis Defuntos I:

[...] aos que a certeza da morte entristece, a promessa da imortalidade consola. Senhor, para os que crêem em vós, a vida não é tirada, mas transformada. E, desfeito o nosso corpo mortal, nos é dado, nos céus, um corpo imperecível (MISSAL ROMANO, 1992, p. 462).

Essa certeza, introduz o fiel que suplica, sobretudo o que participa da Eucaristia, na inserção do amor e do intercâmbio de graças com aqueles que participam da justa purificação de sua consciência (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 242-245). “Acolhei, ó Deus, as nossas oferendas por nossos irmãos e irmãs que partiram, para que sejam introduzidos na glória com o Cristo, que une os mortos e os vivos no seu mistério de amor” (MISSAL ROMANO, 1992, p. 694). Essa oração, da missa dos fiéis defuntos, demonstra a crença da Igreja de que todos os dons ajudam no processo de purificação e integração das almas que ainda se purificam. Assim, “[...] à medida que [...] nos engajamos num processo de libertação integral do homem, [...] criamos estruturas que favorecem a integração das pessoas na justiça e no amor. Verdadeiro processo de purificatório” (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 243).

Desse modo, a possibilidade de comunhão com as almas favorece a dinâmica de ir ao encontro, ou de ir em socorro. Essa prática, de fazer memória aos que já faleceram, vem desde o judaísmo primitivo, mas encontrou forte expressão na antiguidade cristã, como corroboram as inscrições nas Catacumbas (BOFF, 2012, p. 68-69). O Afastamento do vivo e dos mortos é cessado na certeza da sua presença na *communio*, como expressa Bento XVI:

Às almas dos defuntos, porém, pode ser dado «alívio e refrigério» mediante a Eucaristia, a oração e a esmola. O fato de que o amor possa chegar até ao além, que seja possível um mútuo dar e receber, permanecendo ligados uns aos outros por vínculos de afeto para além das fronteiras da morte, constituiu uma convicção fundamental do cristianismo através de todos os séculos e ainda hoje permanece uma experiência reconfortante (SS, n. 48).

A crença da Igreja acerca de si mesma faz o fiel compreender essa dinâmica e adentrar, no processo de pertença, à *communio*, num intercâmbio de orações. Isto dado, compreende-se a partir da dinâmica da *Lumen Gentium*, que afirma a Igreja triunfante, a Igreja padecente e a Igreja militante como uma só Igreja, unida no mesmo Amor e pelo louvor ao mesmo Deus (LG, n. 49; BOFF, 2012, p. 69-70). “Por isso, a união dos que estão na terra como irmãos que adormeceram na paz de Cristo, de maneira nenhuma se interrompe; pelo contrário, segundo a fé constante da Igreja, reforça-se pela comunicação dos bens espirituais” (LG, n. 49).

Assim, nessa comunicação de bens, ou intercâmbio espiritual, é que se compreende e explicita a oração pelos falecidos como fazendo sentido à fé própria do cristianismo e ao ser próprio do homem enquanto integral (RATZINGER, 2019a, p. 228-230). A essas orações, o chamado sufrágio, é atribuída a união não só com a alma, mas, sobremaneira, à Misericórdia de Deus:

Chamam-se sufrágios as orações e boas obras que os fiéis oferecem a Deus para que perdoe às almas parte ou toda a pena que tem que pagar. Chama-se sufrágios porque não tem Deus nenhum compromisso de aceitar nossas boas obras em favor das almas, nem é infalível que as aceite. Nós as oferecemos [...]. Mas que Deus aceite ou não o que nós oferecemos, e que o aceite [...], isso depende de sua misericórdia e livre disposição (ADORNO, 2019, p. 56-57).

Ainda, sobre essa realidade da *communio*, parece oportuno asseverar a tendência teológica atual, de que elas podem ajudar os que participam da Igreja militante. A isso se afirma mediante a indagação que se pode opor da relação bilateral na dinâmica do intercâmbio de bens a que se propõe. A alma, assim entendida como o homem integral, podem [segundo tal tendência] ter solicitude para com os vivos e, assim, ajuda-los em suas súplicas e nas orações que se a dirigem. Por isso é possível invocar as almas, isto é, pedir seu auxílio, sem se deixar confundir com evocá-las, que representaria uma comunicação concreta, a partir de técnicas humanas, prática condenada pelas Escrituras (BOFF, 2012, p. 70-71).

3.1.1 A doutrina das indulgências

Tudo o que foi supra exposto diz respeito à purificação da alma, entendida como integralidade do homem, para apresentar-se diante de Deus com a consciência liberta de toda a mácula, isto é, de toda a consequência do pecado. Toda essa realidade aponta, em primeiro,

à fé da Igreja de que os pecados geram um reato de pena – distinto da culpa – àquele que o pratica, estendendo consequências dolorosas à sociedade e à natureza (BOFF, 2012, p. 71). Deste modo, “[...] sendo o pecado um ato desordenado, é manifesto que quem peca age contra uma determinada ordem. Por onde é conseqüente seja reprimido por ela própria. E essa repressão constitui uma pena” (S. Th. I-2, q. 87, a. 1).

Tais penas, recorrentes ao culpado pelo pecado cometido, são impostas pela lógica do julgamento, porque todo “[...] pecado, efetivamente, acarreta uma perturbação da ordem universal, por Deus estabelecida [...], e uma destruição de bens imensos, quer se considere o pecador como tal quer a comunidade humana” (ID, n. 2). Assim, o pecado consiste na indiferença ou desprezo total, por parte do sujeito humano, da sua amizade com Deus (CCE, n. 1850). Outrossim, para plena remissão do pecado e reparação da culpa que ele traz ao sujeito, é necessário o reestabelecimento da amizade com o Divino, quer interna, quer externamente, como se tratará adiante. “Quem tem uma dívida só dela fica liberado pagando-a. E como o reato não é senão um débito penal, quem sofre a pena devida fica absolvido do reato. Assim a pena do purgatório purifica do reato” (S. Th. ap, q. 2, a. 7). Esse reestabelecimento estende-se, ainda, à sociedade e à natureza, destruídos pelo pecado (ID, n. 3).

Conquanto, existe a distinção do reato da pena conforme a gravidade do pecado cometido. O pecado grave, chamado de mortal, é a escolha deliberada e consciente pelo total rompimento da comunhão com Deus (CCE, n. 1861). Deus tem respeito absoluto pela plena liberdade humana, que Ele mesmo imprimiu como Criador, e aceita sua escolha ou recusa pelo amor que se lhe oferece, como capazes de responderem pela sua própria sorte (RATZINGER, 2019a, p. 214-215). O reato de pena desse tipo de pecado chama-se de pena eterna (CCE, n. 1472), e é a parte da afirmação bilateral entre Deus e o homem no que tange à sua Salvação (RATZINGER, 2019a, p. 217), podendo ser remida pelo perdão dos pecados e restauração da comunhão com Deus, sobretudo pelo sacramento da penitência (CCE, n. 1472).

Por outro lado, a pena se imputa sobre todos os pecados, mesmo os veniais. Essa consequência prejudicial exige purificação, como supracitado, interna e externa. À purificação externa é acrescida a graça da purificação interna. A essas chamam-se penitências, e servem de auxílio “[...] na conversão e na integração de nossas pulsões desregradadas. São meios concretos, como a oração, o jejum e a esmola” (BOFF, 2012, p. 71). Tais purificações libertam da pena temporal do pecado, entendida como ordenamento próprio da natureza da

coisa, não como uma vingança ou castigo divinos (CCE, n. 1031; 1472). A isso, explica o Aquinate:

[...] o pecado implica o reato da pena por perverter uma determinada ordem. Ora, permanecendo a causa, permanece o efeito. Portanto, enquanto subsistir a perversão da ordem, há de necessariamente subsistir o reato da pena. Ora, a perversão da ordem é, umas vezes, reparável e, outras, irreparável. Assim, a prevaricação, que elimina o princípio, é irreparável; se porém o princípio ficar salvo, poderá, por sua virtude, ser reparada a prevaricação (S. Th. I-2, q. 87, a. 3).

“E todos os homens em seu caminhar neste mundo cometem pecados, ao menos leves, a que se chamam cotidianos: de tal forma que todos têm necessidade da misericórdia de Deus para se verem libertados das conseqüências penais do pecado” (ID, n. 3). Desta forma, deve-se considerar a relação sobrenatural pela qual estão unidos todos os homens, não como mônadas fechadas em si (ID, n. 3-4; RATZINGER, 2019a, p. 228-229). Assim, poder-se-á compreender a doutrina das indulgências, tão cara no que tange a doutrina do Purgatório. As indulgências são como penitências substitutivas, aplicados em força da *communio sanctorum*, já que constituem um bem comum e acessível a todos os fiéis, do tesouro das satisfações de Cristo, da Virgem Maria e dos santos (ID, n.5; BOFF, 2012, p. 72):

Indulgência é a remissão, diante de Deus, da pena temporal devida pelos pecados já perdoados quanto à culpa, que o fiel, devidamente disposto e em certas e determinadas condições, alcança por meio da Igreja, a qual, como dispensadora da redenção, distribui e aplica, com autoridade, o tesouro das satisfações de Cristo e dos Santos (ID, *normae* 1).

Há, ainda, nesse sentido, a distinção entre indulgências plenárias e parciais. Enquanto essa libera parcialmente do reato da pena devida pelo pecado cometido, esta libera completamente (ID, *normae* 2). Todos os tipos de indulgência podem ser, assim, aplicadas por modo de sufrágio àqueles que já morreram, e podem ser lucradas por todos os fiéis da Igreja militante (ID, *normae* 3; CIC, cân 994). Essas indulgências são frutos da implicação da necessidade da remissão das penas temporais do pecado. São obtidas, como supradito, na *communio sanctorum*, porque, no intercâmbio espiritual, enquanto o pecado de um traz conseqüências negativas para toda a sociedade, a santidade de um beneficia os outros, súpero ao prejuízo que o pecado estende sobre os demais (CCE, n. 1475). “Assim, recorrer à comunhão dos santos permite ao pecador contrito ser purificado, mais cedo e mais eficazmente, das penas do pecado” (CCE, n. 1475).

Deste modo, constituindo um bem comum de todos os fiéis, aplicam-se por modo de sufrágio aos que estão no Purgatório, passando pelo estado de purificação de suas

consciências, no estado intermediário. Elas têm a faculdade de substituir penitências externas que se deveriam fazer a fim da remissão das penas dos pecados cometidos (BOFF, 2012, p. 72). Por isso é que, nesse sentido, houve, até a reforma de Paulo VI, o costume de tarifar as penitências substitutivas, como era praxe nas penitências reais. Faziam-se por tarifa de dias e anos, como se aplicavam, por exemplo, as penitências devidas para a satisfação do Sacramento da Confissão (BOFF, 2021, p. 72).

No tangente a tal questão, via-se já nos padres conciliares a tendência a uma mudança dessa forma de pensar. Propôs-se, num debate paraconciliar, uma renovação na disciplina das indulgências. No projeto oficial apresentado às Conferências Episcopais para uma posição, constata-se tal preocupação:

A norma nova para a indulgência elimina qualquer computação de dias e anos: A indulgência parcial, de agora em diante, não será mais indicada com números de dias e anos. Os dias e anos correspondiam, como se afirmava, aos dias e anos da penitência antiga. Qual época? Onde? Qual o delito? Como se cumpria? Não se respondia nunca a estas perguntas. A indicação de um número de dias e anos poderia ter um sentido claro e determinado quando se referia diretamente à penitência canônica, imposta para um tempo determinado, à qual se concedia alguma redução (KLOPPENBURG, 1965, p. 331, grifo do autor).

As indulgências, no entanto, não são uma dispensa da vivência integral do ser, que cerceia e elimina as tendências negativas e os atos a partir delas deliberados. Antes, lembram e estimulam tal tarefa (BOFF, 2012, p. 72). Uma das condições para adquirir a indulgência é o repúdio a qualquer sorte de pecado (ID, *normae* 7). Por isso, o sujeito em vias de purificação participa de suas satisfações, já que membro da mesma *communio*, percebe, com clareza de consciência, o quão repulsivo são, da presença de Deus, os atos pecaminosos, bem como o reato de culpa imputados a partir deles (CCE, 1479; 1032). Nessa perspectiva, “[...] o sufrágio depois de sua morte, [...] porque esperamos que Deus, a quem tudo é presente, acolha tal oração em proveito da decisão terrena da pessoa. E também na esperança de que o que hoje fazemos de bem redundará [...] para todos os eu já morreram em Cristo” (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 244).

Nessa dinâmica, ainda, insere-se a perspectiva da dimensão comunitária da fé. Além do personalismo a que se configura, a fé redundando numa dinâmica de todo e integral. A fé de um, nesse sentido, vale também aos outros (BOFF, 2012, p. 72). Essa unidade sobrenatural, já exposta como *communio sanctorum*, é a responsável pela partilha fraternal de méritos e virtudes, com o qual o sujeito pode ser para o próximo a oportunidade de “[...] força de cura, reparação e desabrochamento. Confessa São Paulo: ‘Completo em minha carne o que falta aos

sofrimentos de Cristo em proveito do seu Corpo que é a Igreja' (Cl 1,24)” (BOFF, 2012, p. 72):

[...] a Revelação ensina que o cristão não está sozinho no seu caminho de conversão. Em Cristo e por Cristo, a sua vida encontra-se ligada por um vínculo misterioso à vida de todos os outros cristãos na unidade sobrenatural do Corpo místico. Deste modo, instaura-se entre os fiéis um intercâmbio maravilhoso de bens espirituais, em virtude do qual a santidade de um aproveita aos outros numa medida muito superior ao dano que o pecado de um pôde causar aos demais. Há pessoas que deixam atrás de si uma espécie de saldo de amor, sofrimento suportado, pureza e verdade, que atrai e sustenta os outros. É o fenómeno da “vicariedade”, sobre o qual assenta todo o mistério de Cristo. O seu amor superabundante salva-nos a todos. E faz parte também da grandeza do amor de Cristo não nos deixar na condição de destinatários passivos, mas chamar-nos a colaborar na sua obra salvífica e de modo particular na sua paixão (IM, n. 10).

3.2 A ação pastoral relacionada ao Purgatório: purificar o imaginário e incentivar a oração

Assim considerando, deve-se ter a base supracitada do princípio teológico de que a lei da oração estabelece a lei da fé (CTI, n. 11). Na liturgia oficial da Igreja encontra-se expressa a sua fé sobre qualquer que seja o tema pelo qual se reza. Na liturgia dos defuntos, é o Cristo ressuscitado que ilumina tudo o que tange à escatologia. Ele é o princípio e fim para o qual se direciona o que já fez seu trânsito à eternidade (CTI, n. 11.1). Por isso, a suprema esperança é colocada na ressurreição corporal, pela qual todos os que foram admitidos à visão beatífica poderão, como exposto no capítulo anterior, participar da ressurreição de Cristo e comungar de sua vida imortal (RATZINGER, 2015, p. 257; 261-264).

É evidente, desse modo, que a ressurreição além de realidade futura e esperada, configura um acontecimento que tange o que popularmente se chama de fim do mundo, ou, a *Parusía*, retorno do Cristo (CTI, n. 11.2; RATZINGER, 2005, p. 262-264). A isso é possível compreender no formato de vida plena, dada como puro dom de Deus, totalmente gratuita. É fato que na morte, a alma separa-se do corpo, “[...] mas na ressurreição Deus torna a dar vida incorruptível ao nosso corpo transformado, reunindo-o, de novo, ao nosso espírito” (ARC, n. 2). Assim, a alma, transposto o limiar da morte, aguarda, num período intermediário, a ressurreição, que a reunirá de novo com seu corpo, agora glorificado, capaz de passar ao ato pleno da existência integral do ser humano (FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 71).

Desse modo, é possível asseverar uma última complexidade, da vinculação perpétua entre a matéria e espírito, desdobrada na dimensão comunitária da imortalidade (RATZINGER, 2019a, p. 193-195). “Ora, se assim o é, a ressurreição também diz respeito ao

espaço, ao tempo e à matéria, dado que representam um momento na história do espírito” (FERREIRA; PEREIRA, 2021, p. 72). E, em última instância, qualquer tratativa sobre tal temática aponta para o símbolo da fé e para a questão da esperança cristã, que norteia de forma supereminente a vida e a opção fundamental de cada sujeito (RATZINGER, 2015, p. 235-237; 262-264).

A esperança, no entanto, desdobra-se na opção fundamental pela qual se formam os valores, mas encontra no imaginário seu desdobramento. Desse modo, parece ser necessária uma purificação da representação tradicional do Purgatório, que aponta agruras das almas, como numa câmara infernal, em detrimento à certeza da eminente visão beatífica do sujeito (BOFF, 2012, p. 66). Essa purificação necessária, balizada à luz da Doutrina da Igreja – como se demonstra no primeiro capítulo – é auxiliada pelo confronto com os Padres da Igreja e com a escatologia de outras Igrejas cristãs, não-católicas. Tal confronto leva à superação de concepções fantasiosas e negativas sobre a verdade de fé expressa pelo dogma do Purgatório (BOFF, 2012, p. 66-68).

Assim, faz-se mister a compreensão dessa graça particular que Deus concede em vista da própria alma (o sujeito uno e indiviso, que receberá novamente seu corpo na ressurreição) purificar-se para o encontro com Ele: “[...] é uma purificação exigida pelo amor e não tanto por uma misteriosa lei penal.” (BOFF, 2012, p. 66). Essa misteriosa lei penal que se aplica como um castigo ou, insensatamente, vingança de Deus, é notória nos escritos aludidos, sobretudo no responsável pela compreensão do imaginário medieval, a Divina Comédia:

Aos donosos males espargidos
Mil suaves aromas se ajuntavam,
Em peregrino muito reunidos.

Sobre a relva entre as flores entoavam,
Salve Regina, as almas, que da vista
Externa no recinto se ocultavam.

[...] O que parece, aos outros, eminente.
Da quebra em seus deveres pesaroso
E a geral melodia ouve silente (ALIGHIERI, 2020, p. 50-51).⁵

⁵ Do Canto VII da Divina Comédia. As personagens, subindo a montanha, deparam-se com o sol já se pondo. No imaginário da obra, não se pode subir ao Purgatório à noite. Os poetas param num vale, onde residem as personagens que no mundo desfrutaram de grande consideração, mas que somente no fim da vida elevaram seu pensamento a Deus. No trecho trazido, compreende-se o lúgubre cenário em que se afundam as almas, caminhando aos castigos sombrios dos males que devem pagar, mas com uma nota de alegria e confiança na Virgem Maria. Aqui nota-se que, mesmo com a infernalização do Purgatório, há, ainda que mui latente, certa alegria e esperança, como se apontará posteriormente ao verdadeiro imaginário que deve receber.

Neste sentido de purificação do imaginário, a imagem do fogo purificador, que é uma ideia imediata que se tem ao tratar do Purgatório, também deve ser considerada. Ele constitui, segundo Boff (2012, p. 67), uma realidade com duplo sentido: um no plano da memória, outro no plano da esperança. No plano da memória porque se apresenta à consciência como a dor do arrependimento dos pecados, dos quais se purifica os reatos das penas. No plano da esperança, porque tais chamas configuram o que poeticamente se chama de chamas do amor. Existe uma ânsia no sujeito pelo eterno, pela visão beatífica, da saudade de Deus (BOFF, 2012, p. 67).

Esse misto de dor e felicidade, memória e esperança, são contemplados pela mística supracitada, Santa Catarina de Gênova, sobre quem Bento XVI fez uma especial catequese. Para ela, a alma coloca-se em Purgatório com o fascínio do esplendor do rosto Divino, que acabara de contemplar em seu Juízo particular. Tal visão é a força e é presente para a dissipação de todo o horror a ânsia pelo permanente estado de Céu (BOFF, 2012, p. 66-68):

Vejo que as almas do purgatório entendem estar sujeitas à [...] operação [...] do gozo que experimentam ao ver a ordenação de Deus, disposta com tanto amor e misericórdia para com as almas. E estas [...] as imprime Deus naquelas mentes em um instante. Elas, como estão em graça, podem entendê-las segundo sua capacidade de; e isso lhes dá um grande contentamento que não vem a faltar-lhes nunca, mas que vai acrescentando-se à medida que se aproximam de Deus (ADORNO, 2019, p. 41).

Assim entendido, o Purgatório, nesse misto, faz sentido enquanto termo de um processo crescente e paulatino de caminhada do sujeito à integral santidade. Não é, desse modo, estanque da realidade hodierna de cada pessoa humana, relegado como algo para depois da morte. É antes, no peregrinar agora, a participação potencial e plena nas suas limitadas possibilidades, parciais e imperfeitas, na escatologia (SANTOS, 2015, p. 55). Essa lógica paulatina aplica-se, também, ao estado de Purgatório:

Se purgatório é o termo de um longo processo de maturação e crescimento purificador, então ele já se inicia aqui na terra. As dores, as frustrações e os dramas existenciais, pelos quais o homem não raro tem que passar, podem pelo homem prudente ser confiscados como alto valor de interiorização e purificação. Então o homem pode abrir-se, afastar obstáculos que o impediam de mergulhar no coração da vida. As máscaras caem e vigora a autenticidade transparente da consciência (BOFF, 2002, p. 64).

Isso posto, pode-se notar que a maior inserção na dinâmica do Purgatório, purificada do imaginário de condenação, participa da integralidade da oração e se desdobra na fé daqueles que continuam vivos, como expressão da esperança que têm (SANTOS, 2015, p. 57-58). Por tal, o “[...] sentido [de] rezarmos pelos mortos do purgatório. [...]”. Nós podemos pedir

a Deus que Ele acelere o processo [...] até chegar ao ponto de hominização divinizadora que lhe corresponde” (BOFF, 2002, p. 63).

Nesse sentido o fogo purificador, como supradito, compreende a dinâmica da pertença, ou seja, da memória e da esperança, capazes de integrar o sujeito na *communio sanctorum*. Tal integração dá-se de forma graciosa, isto é, da graça de Deus, a ponto de entender-se [esse corpo eclesial] como Corpo de Cristo por completo no qual, se houvesse ausência de um, não poderia haver integralidade de Corpo (RATZINGER, 2019a, p. 228-229). Disso decorre a grande aspiração daqueles que passaram pelas vias e conversões, crescendo no amor místico, pela sua morte terrena (MARÍN, 2020, p. 803-805):

Em vão minha alma
Te busca, Senhor;
Tu sempre invisível
a deixas na dor.
Ai! Isto a inflama
até prorromper:
Ansiosa por ver-Te,
desejo morrer (TERESA, 2010, s.p.).

Esse anseio pelo encontro definitivo desdobra-se na perspectiva da relação do homem com o Eterno. Sua sede de eternidade é, antes, fruto da impressão de eternidade da qual o dotou seu Criador. O anseio pela Verdade e pelo Amor, completamente impressos na existência humana como um desejo, pelo qual se orienta a vida e as indagações fundamentais. A capacidade de conservação dessa relação com o Eterno é, ao final, a alma humana, amplamente descrita, no seu sentido mais completo de ser em plenitude: “Se o homem pode viver eternamente, é porque ele é capaz de se manter em relação com quem dá a eternidade. Aquilo que, no homem, é capaz de conservar tais relações nós chamamos de ‘alma’” (RATZINGER, 2019, p. 26).

Embora seja totalmente aberto à eternidade, como receptáculo dela, a busca incessante do homem encontra díspares respostas na construção teológica. A Reforma protestante, por exemplo, sustentou uma possível improbabilidade do Purgatório pela Escritura, a incerteza da salvação dos sujeitos que passam por esse estado de consciência e atribuí-lhes pecado, porque buscam encontrar repouso. A esses argumentos contrários ao Dogma da fé, poder-se-ia compreender depois da afirmação de suas teses. Na realidade, a sua raiz doutrinal baseou-se na *sola fidei*, crendo que se justifica unicamente pela fé ou confiança nos méritos de Cristo (GARRIGOU-LAGRANGE, 2018, p. 172).

Tal afirmação incide, necessariamente, na negação da utilidade das boas obras em favor da expiação dos reatos de pena dos pecados. Assim, seria inútil o Purgatório, já que sua doutrina o conduziu a negar a necessidade de satisfazer pelos pecados. Por essa razão, considerou como injúria a Cristo, que satisfaz superlativamente por todas as faltas cometidas. O termo de sua Reforma o levará a uma compreensão da Missa não como sacrifício, sobretudo propiciatório (GARRIGOU-LAGRANGE, 2018, p. 172-174). Calvino e Zuínglio seguirão Lutero em suas propostas doutrinárias.

Como supradito, tal confronto com a escatologia protestante ajuda na purificação do imaginário sobre o Purgatório e conhecimento da sua legítima aplicação doutrinal, de verdade revelada (BOFF, 2012, p. 66). Essa purificação necessária vai ao sentido da esperança cristã e de seus desdobramentos sobre todos os que dela comungam. Tal esperança, no entanto, não pode em nada ser dissociada da fé em Cristo. É ela [a fé] que garante e dá razões à esperança de cada sujeito que a professa. “O brado de esperança que prorrompe do nosso ser não se desfaz no vazio, mas encontra um firme apoio, que, da nossa parte, devemos manter com segurança” (RATZINGER, 2019, p. 36).

Tal esperança cristã, enriquecida e corroborada pela fé, não encontra, como se pode inferir, no Purgatório, uma espécie de decepção. A primeira vista, como fora analisado supra, poder-se-ia dispor do estado de perfeita visão beatífica como o mais ansiado pela esperança. De fato, o é, como consumação total dos seus anseios (RATZINGER, 2019a, p. 233-234). Mas o Purgatório, estado em que se põe a consciência plena ao reconhecer sua debilidade e necessidade de acrisolamento, é estado de plena posse de si. A ansiedade, horror, impaciência são excluídas pela certeza da salvação que tem o sujeito (GARRIGOU-LAGRANGE, 2018, p. 216).

Disso segue que, nesse estado de alma, há plena liberdade pessoal da posse de si. Essa liberdade e domínio de si esbarram, durante a vida, pelo apego desregrado e pelas situações de estruturas corrompidas (LIBÂNIO; BINGEMER, 1985, p. 242-244; GARRIGOU-LAGRANGE, 2018, p. 217). Pelo estado de purificação em que emerge, o sujeito é libertado dos vínculos pessoais defeituosos aos quais, pelo uso equivocado de seu livre-arbítrio, se tinha prendido na terra. Nisso, reflete a liberdade plena, imagem do seu Criador, da qual foi dotado [o sujeito] pela natureza própria de sua criação (RATZINGER, 2015, p. 82-85).

Assim, a importância da purificação do imaginário que se tem e que se divulga sobre o Purgatório, parece encontrar seu principal desdobramento na supradita *communio sanctorum*. O intercâmbio de dons entre os fiéis da Igreja militante e os da Igreja padecente é uma realidade que deve ser incentivada e sempre conservada. A própria Igreja apresenta em sua

Liturgia, na Missa, o chamado *memento* dos defuntos. Assim, acredita abrir os tesouros dos méritos da Igreja triunfante e, pelo Sacrifício de Cristo, aplicar as satisfações àqueles que delas necessitam. São esses mesmos depositários dos tesouros que receberão os que passaram pelo estado de purificação à benesse da visão beatífica (GARRIGOU-LAGRANGE, 218, p. 231):

Até quando o Senhor Jesus virá em sua glória, e, destruída a morte, ser-lhes-ão submetidas todas as coisas, alguns de seus discípulos são peregrinos na terra; outros, que passaram desta vida, estão se purificando; outros, enfim, gozam da glória, contemplando a Deus. Todos, porém, comungamos na mesma caridade de Deus. Portanto, a união daqueles que estão a caminho, com os irmãos falecidos, de maneira alguma se interrompe, antes, vê-se fortalecida pela comunhão de bens espirituais (cf. LG 49). A Igreja, desde os primeiros tempos, vem cultivando com grande piedade a memória dos defuntos e oferecendo por eles seus sufrágios (ibidem, 50) (MISSAL ROMANO, 1992, p. 693).

Por fim, pode-se encontrar nesse capítulo alguns aspectos sobre o Purgatório em vistas de sua ação pastoral. Primeiro apresentou-se o significado antropológico de rezar pelas almas segundo o qual o sujeito humano participa de um intercâmbio espiritual entre todos os membros do Corpo de Cristo, a Igreja, na *communio sanctorum*. Dessa forma, as almas – entendidas como o sujeito integral que, embora separado, anseia pelo corpo glorioso – que estão num estado de purificação dos reatos de seus pecados, as penas temporais, podem receber dos fiéis que ainda caminham nesse mundo as benesses divinas como forma de sufrágio. Essa afirmação é tida a partir da doutrina das indulgências que, aos que ainda peregrinam, é um convite incessante à conversão e ao acrisolar de tudo de mal que se lhe tenha imputado. Partindo de tais pressupostos, a imagem do Purgatório, purificada de suas compreensões que mais configuram um espanto e horror, é visto como um ponto de esperança cristã [que faz sentido se amparada pela fé] para o qual caminham aqueles que, cômicos de sua imperfeição, almejam encontrar-se com o Eterno e Perfeito.

CONCLUSÃO

A construção do presente trabalho foi norteadada para obtenção de resultados acadêmicos, no sentido de uma produção fundamentada sobretudo no *depositum fidei* da Igreja Católica e da sua doutrina e, ainda, do que se pode encontrar como resultado do imaginário popular-religioso acerca da verdade do Purgatório. Tal construção partiu da perspectiva das Sagradas Escrituras e do Magistério, tendo um breve panorama da doutrina do Purgatório. Essa, orientada indiretamente pela tratativa dos redatores sagrados, é uma Tradição herdada da fonte da Revelação, presente desde os primórdios no cenário da fé católica.

Ainda nessa dinâmica, compreendendo o que há de doutrinal sobre o Purgatório, pode-se distinguir o que está no campo do Imaginário, onde se constroem as relações de abstração e de contato com o que é inacessível à experiência física. Nesse ínterim, pode-se notar como, a partir do século XII, pelo triunfo poético e literário que atinge, o Purgatório começa a permear [e quase encabeçar] o imaginário popular do medievo. Numa sociedade altamente religiosa, esse pano de fundo foi capaz de gerar fantasias lúgubres e cenários de horror e espanto. Não é à toa que Lutero, por exemplo, atacou, com suas teses e seu desenvolvimento doutrinal posterior, ao Purgatório e às indulgências como se vinham sendo compreendidas.

No entanto, ainda nesse cenário, alinhado àquilo que se apresenta como Doutrina que fora [assim crê a Igreja] divinamente revelada, surgem místicos que, em suas revelações privadas, são capazes de corroborar e de dar um novo cenário ao imaginário sobre o qual se assenta o Purgatório como dogma. Trata-se, aqui de configurá-lo [o imaginário] a uma alegria que emana do deslumbrar-se com o esplendor da certeza de sua salvação e do gozo em que se afogará eternamente. Assim, inicia-se um processo de resgatar a tendência do Purgatório como uma câmara do Inferno, dando-lhe a devida visão de purificação para a visão beatífica.

Conquanto, para tais compreensões não serem equivocadas *in radice*, na perspectiva do autor privilegiado, deve-se vincular um indispensável conceito teológico, a saber: a noção de alma. Esta, na perspectiva escriturística, é o homem integral, considerado na sua integralidade. Somente assim pode-se compreender adequadamente o destino final do ser humano, quer na sua constituição antropológica, quer na realização Cristológica. Daí o elemento simbólico da fé, a ressurreição, pode-se compreender como salvação do ser humano uno e indiviso, e não apenas ao destino de uma metade do homem.

Esse conceito [alma], legitimado pela construção da antropologia cristã, é quem assegura à esperança a existência no além da vida ao sujeito total e pleno, que receberá no

juízo seu corpo glorioso, semelhante ao de Jesus Cristo Ressuscitado, tendo vencido o tempo intermediário. Este conceito [de tempo intermediário] também se apresenta muito caro às construções teológicas que amparam e não se opõem à realidade da crença.

Nas questões pertinentes à teologia, pode-se compreender o juízo como estruturante no modo existencial cristão, ante a opção fundamental, articulado com a misericórdia divina. Daí desdobra-se, a compreensão do Purgatório como um necessário estado de purificação da alma que se quer apresentar totalmente pura diante de Deus, o Santo, e assim participar da sua dimensão trinitária, que é comunitária. Por isso, compreende-se o significado antropológico de rezar pelas almas.

Cada sujeito humano [que seu membro] participa de um intercâmbio espiritual entre todos os membros do Corpo de Cristo, a Igreja, na chamada *communio sanctorum*. Já que assim partícipes, as almas que se estão purificando das penas temporais, podem receber dos fiéis que ainda peregrinam nesse mundo as graças como forma de sufrágio. As penas temporais, aqui citadas, dizem respeito às penas que se imputam ao sujeito, decorrentes e reativas ao seu pecado cometido, mesmo que confessado. Por isso se lhes a chamam de reato de pena, porque são reação que fazem do sujeito um réu.

Conquanto, participando do mesmo corpo, na mesma *communio*, interagem os vivos e mortos com os santos. A doutrina das indulgências explicita sobremaneira que, aos que ainda vivem no mundo, deve-se incessantemente nortear-se pelo mote da conversão e da purificação de tudo de mal que se lhes tenha imputado. Ainda, aos que já faleceram e que se purificam, é possível abrir os tesouros do Céu em seu favor, a fim de mais apressadamente encontrarem-se face a face com o ansiado de suas vidas.

Por fim, partindo de tais pressupostos, a imagem do Purgatório, purificada de suas compreensões que mais configuram um espanto e horror, pode ser visto como um ponto de esperança cristã para o qual caminham aqueles que se sabem imperfeitíssimos, mas almejam minimamente encontrar-se com o Eterno e Perfeito. Essa esperança é caminho de salvação já que, amparada pela fé, é capaz de fazer de cada cristão o artífice de um mundo mais justo e fraterno, mais humano e digno, mais sóbrio e santo. Em uma palavra: um mundo mais semelhante aos anseios e projetos do Deus Criador.

REFERÊNCIAS

- ALIGHIERI, Dante. *A Divina Comédia: Purgatório*. Jandira, SP: Principis, 2020.
- AQUINO, Santo Tomás de. *Suma teológica*. São Paulo: Loyola, 2001-2006, 9 vols.
- BENTO XVI. *Audiência Geral: 26 de março de 2008*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2008/documents/hf_ben-xvi_aud_20080326.html> Acesso em 28 de out. 2021.
- _____. *Audiência Geral: 12 de janeiro de 2011*. Disponível em: <http://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2011/documents/hf_ben-xvi_aud_20110112.html> Acesso em 18 de mai. 2022.
- _____. *Carta encíclica Spe Salvi, sobre a esperança cristã*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2007. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20071130_spe-salvi.html> Acesso em 15 de mar. 2022.
- BÍBLIA Sagrada. *Tradução oficial da CNBB, 2ª edição*. Brasília: Edições CNBB, 2019.
- BLANK, Renold. *Escatologia do mundo: projeto cósmico de Deus*. São Paulo: Paulus, 2014a.
- _____. *Reencarnação ou Ressurreição: uma decisão de fé*. São Paulo: Paulus, 2014b.
- _____. *Escatologia da pessoa: vida, morte e ressurreição*. São Paulo: Paulus, 2014c.
- _____. *Creio na vida eterna*. São Paulo: Paulus, 2014d.
- BOFF, Clodovis M. *Escatologia: breve tratado teológico-pastoral*. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2012.
- BOFF, Leonardo. *Vida Para além da Morte*. Petrópolis, RJ: Editorial Vozes, 2002.
- CANONICI, Codex Iuris. *Código de direito canônico*. São Paulo: Loyola, 1983.
- CATECISMO da Igreja Católica. Brasília: Edições CNBB, 2017.
- CONCÍLIO VATICANO. *Constituição dogmática Dei Verbum, sobre a Revelação Divina*. In: _____. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 1997. pp. 347-368.
- _____. *Constituição dogmática Lumen Gentium, sobre a Igreja*. In: _____. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 1997. pp. 101-198
- _____. *Documentos do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965)*. São Paulo: Paulus, 1997.
- CONGREGAÇÃO para a Doutrina da Fé. *Instrução Ad resurgendum cum Christo a propósito da sepultura dos defuntos e da conservação das cinzas da cremação*. Roma:

Libreria Editrice Vaticana, 2016. Disponível em:

<https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20160815_ad-resurgendum-cum-christo_po.html> Acesso em 19 de jun. 2022.

DANTAS, João Paulo de Mendonça. Em busca do significado teológico da "Sagrada Tradição". *Kairós*, v. 7, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/22292/22292.PDFXXvmi=#:~:text=A%20Sagrada%20Tradi%C3%A7%C3%A3o%20possui%20um,e%20a%20toda%20a%20Igreja.>> Acesso em 21 de jun. 2022.

DENZINGER, Heinrich; HÜNERMANN, Petrus. *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*. São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2015.

DIAS, João Scognamiglio Clá. *Maria Santíssima! O Paraíso de Deus revelado aos homens, vol. II*. São Paulo: Ipsis, 2020.

FARIAS, José Jacinto Ferreira de. A escatologia cristã e o platonismo: o contributo de J. Ratzinger para a desconstrução de um postulado. *Didaskalia*, v. 40, n. 1, p. 23-36, 2010.

FERREIRA, Antonio Luiz Catelan; PEREIRA, Thales Maciel. Ressurreição dos mortos e imortalidade da alma: um diálogo entre a perspectiva catequética e a escatologia de Joseph Ratzinger. *Revista Coletânea: Revista de Filosofia e Teologia da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 39, p. 53-74, jan./jun. 2021.

FILHO, José Jacinto de Ribamar Mendes; NETO, Rodolfo Gaede. A Presença do imaginário em passagens pela vida: da persistência do imaginário aos modos de bem viver. *Revista de cultura teológica*, n. 96, p. 112-129, 2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/47811/pdf>> Acesso em 19 de jun. 2022.

GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. *O homem e a eternidade: a vida eterna e a profundidade da alma*. Campinas, SP: Ecclesiae, 2018.

GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; FAVRETTO, Alexandre Boratti. O tempo escatológico à luz do método transcendental. *Revista de Cultura Teológica*, n. 87, p. 250-281, 2016.

Disponível em: <

<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/rct.i87.28568/20055>> Acesso em 18 de jun. 2022.

INTERNATIONALIS Commissio Theologica. *Algunas cuestiones actuales de escatología*.

Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1990. Disponível em:

<https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1990_problemi-attuali-escatologia_sp.html#_ftnref122> Acesso em 15 de jun. 2022.

JOÃO PAULO II. *Incarnationis mysterium: Bula de proclamação do grande jubileu do ano 2000*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1998. Disponível em:

<https://www.vatican.va/jubilee_2000/docs/documents/hf_jp-ii_doc_30111998_bolla-jubilee_po.html> Acesso em 21 de jun. 2022.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do purgatório*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LIBÂNIO, João B.; BINGEMER, Maria Clara L. *Escatologia Cristão: o Novo Céu e a Nova Terra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

LIBÂNIO, João Batista; MURAD, Afonso. *Introdução à teologia: perfil, enfoques, tarefas*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARÍN, Antonio Royo. *Jesus Cristo e a vida cristã*. Campinas, SP: Ecclesiae, 2020.

PASTOR, Félix Alejandro. *A lógica do inefável*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2012.

PAULO VI. *Constituição Apostólica Indulgentiarum Doutrina sobre a doutrina das Indulgências*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 1967. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_constitutions/documents/hf_p-vi_apc_01011967_indulgentiarum-doutrina.html> Acesso em 18 de jun. 2022.

RAHNER, Karl. *A Antropologia: problema teológico*. São Paulo: Editora Herder, 1968.

_____. *Curso Fundamental da Fé*. São Paulo: Paulus, 1989.

RATZINGER, Joseph. *Escatologia: morte e vida eterna*. São Paulo: Molokai, 2019a.

_____. *A grande esperança: textos escolhidos sobre escatologia*. Rudy Albino de Assunção (org.). São Paulo: Paulus, 2019b.

_____. *Introdução ao Cristianismo: Preleções sobre o Símbolo Apostólico com um novo ensaio introdutório*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

_____. *Ser cristão na era neopagã – volume 1: Discursos e Homilias (1986 – 1999)*. Rudy Albino de Assunção (org.). Campinas: Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico, 2014.

RUBIO, Alfonso García. *Elementos de Antropologia Teológica: salvação cristã: salvos de quê e para quê?*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SANTOS, Ângelo Fernando Gregório Ramos. *O Purgatório na escatologia católica: uma identidade em construção*. Braga: Portugal, 2015. Tese de Doutorado.

SOUZA, Ney de; GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. *Catolicismo e sociedade contemporânea: do Concílio Vaticano I ao contexto histórico-teológico do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2013.

TELES, Eleandro. *Maranathá! A escatologia como horizonte da justiça. a partir da teologia de Joseph Ratzinger*. Porto Alegre, 2015. Dissertação. (Mestrado em Teologia).

TERESA de Jesus. *Vivo já fora de mim*. s.l., 2010. Disponível em : <http://teresadejesus.carmelitas.pt/noticias/noticias_view.php?cod_noticia=272> Acesso em 19 de jun. 2022.